

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PEDRO AUGUSTO DALMAS**

**O PAPEL DA CHINA NA DINÂMICA INTERNACIONAL:  
REFLEXÕES A PARTIR DO ARCABOUÇO TEÓRICO CENTRO-PERIFERIA**

**Porto Alegre**

**2024**

**PEDRO AUGUSTO DALMAS**

**O PAPEL DA CHINA NA DINÂMICA INTERNACIONAL:  
REFLEXÕES A PARTIR DO ARCABOUÇO TEÓRICO CENTRO-PERIFERIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Luiza Peruffo

**Porto Alegre**

**2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

Dalmas, Pedro Augusto  
O PAPEL DA CHINA NA DINÂMICA INTERNACIONAL:  
REFLEXÕES A PARTIR DO ARCABOUÇO TEÓRICO  
CENTRO-PERIFERIA / Pedro Augusto Dalmas. -- 2024.  
83 f.  
Orientadora: Luiza Peruffo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. China. 2. Centro-Periferia. 3. Desenvolvimento  
Econômico. 4. CEPAL. I. Peruffo, Luiza, orient. II.  
Título.

**PEDRO AUGUSTO DALMAS**

**O PAPEL DA CHINA NA DINÂMICA INTERNACIONAL:  
REFLEXÕES A PARTIR DO ARCABOUÇO TEÓRICO CENTRO-PERIFERIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Luiza Peruffo – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca  
UFRGS

---

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, que me permitiu construir toda base de princípios e valores que carrego comigo desde o nascimento, e me proporcionou a vivência necessária para sair da minha cidade natal e ir à Porto Alegre estudar economia na UFRGS. Em especial, agradeço a meus pais, Marcelo e Andrea, meu irmão, João Guilherme, com quem dividi o mesmo teto por 4 anos em Porto Alegre, e minha companheira, Luisa, com quem divido conquistas e angústias diárias.

Agradeço à minha orientadora, Luiza, que desde a minha demonstração de interesse no tema deste trabalho, até a finalização dele, se mostrou extremamente solícita e aberta à discussão. Deixo uma lembrança especial para a Universidade, em especial a meus mestres e ao Restaurante Universitário, sem o qual os primeiros anos da graduação ganhariam dificuldade extra.

“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros  
de gigantes.”

**(Isaac Newton)**

## RESUMO

A ascensão da economia chinesa nas últimas décadas tornou o estudo acerca de suas políticas econômicas um ponto central para o entendimento atual do desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, o trabalho busca referir em que medida o arcabouço analítico centro-periferia contribui para compreender o papel que a China ocupa na dinâmica econômica internacional. As variáveis de análise são relacionadas às dimensões produtiva, monetário-financeira e socioeconômica, excluindo outras dimensões relevantes, porém não endereçadas nesta monografia, como a geopolítica. Os resultados encontrados sugerem que a China atingiu, em termos produtivos, patamares produtivos qualitativos e quantitativos comparáveis a países considerados centrais, ao mesmo tempo em que busca ganhar protagonismo no âmbito monetário-financeiro e busca consolidar seus indicadores socioeconômicos, ainda distantes dos níveis apresentados pelos países centrais. Observa-se, portanto, que a China combina características típicas do centro com algumas típicas da periferia do sistema, incitando uma discussão acerca da aplicabilidade do arcabouço teórico centro-periferia original.

**Palavras-chave:** China. Centro-periferia. Desenvolvimento econômico. CEPAL.

## **ABSTRACT**

The rise of the Chinese economy in recent decades has made the study of its economic policies a central point for the current understanding of socioeconomic development. In this sense, the work seeks to refer to the extent to which the center-periphery analytical framework contributes to understanding the role that China occupies in international economic dynamics. The analysis variables are related to the productive, monetary-financial and socioeconomic dimensions, excluding other relevant dimensions, but not addressed in this monograph, such as geopolitics. The results found suggest that China has reached, in productive terms, qualitative and quantitative productive levels comparable to countries considered central, while it seeks to gain protagonism in the monetary-financial sphere and seeks to consolidate its socioeconomic indicators, still far from the levels presented by core countries. It is observed, therefore, that China combines characteristics typical of the center with some typical of the system's periphery, inciting a discussion about the applicability of the original center-periphery theoretical framework.

**Keywords:** China. Center-periphery. Economic development. CEPAL.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variabilidade da mobilidade de capitais ao longo da história recente .....	23
Figura 2 - Trilema de política macroeconômica clássico .....	24
Figura 3 - Evolução da pauta exportadora da China entre 1985 e 2005 .....	45
Figura 4 - Mapa ilustrativo da BRI .....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Parcela das exportações de manufatura em produtos de média e alta tecnologia (China).....	53
Gráfico 2 - Matriz importadora chinesa de 2021.....	54
Gráfico 3 - Exportações de manufatura em produtos de média e alta tecnologia (amostra de países periféricos).....	55
Gráfico 4 - Exportações de manufatura em produtos de média e alta tecnologia (amostra de países centrais).....	56
Gráfico 5 - Índice de complexidade econômica (amostra de países periféricos).....	57
Gráfico 6 - Índice de complexidade econômica (amostra de países centrais).....	57
Gráfico 7 - Investimento em P&D como percentual do PIB (amostra de países periféricos).....	58
Gráfico 8 - Investimento em P&D como percentual do PIB (amostra de países centrais).....	59
Gráfico 9 - Investimento como participação do PIB (amostra de países periféricos) ....	60
Gráfico 10 - Reservas internacionais da China (% do PIB).....	62
Gráfico 11 - Composição do passivo da PII chinesa.....	63
Gráfico 12 - PII líquida da China (% do PIB).....	64
Gráfico 13 - IED da China (% do PIB).....	65
Gráfico 14 - Moedas utilizadas como reservas estrangeiras (%).....	66
Gráfico 15 - Renda per capita (US\$ - amostra de países periféricos).....	68
Gráfico 16 - Renda per capita (US\$ - amostra de países centrais).....	68
Gráfico 17 - Índice de GINI (2016).....	69
Gráfico 18 - Evolução temporal do IDH (amostra de países periféricos).....	70
Gráfico 19 - Evolução temporal do IDH (amostra de países centrais).....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI	Belt and Road Initiative
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
CGV	Cadeias Globais de Valor
GSA	Grande Salto Adiante
ICE	Índice da Complexidade Econômica
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MFP	Multifatorial Productivity
OMC	Organização Mundial do Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PCCh	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Posição Internacional de Investimentos
PPC	Paridade de Poder de Compra
RAE	Região Administrativa Especial
RMB	Moeda Nacional da China
SMFI	Sistema Monetário e Financeiro Internacional
SWIFT	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication
TVE	Town and Village Enterprises
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNDP	United Nations Development Programme
ZEE	Zonas Econômicas Exclusivas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>O MODELO CENTRO-PERIFERIA: DA FORMULAÇÃO À ATUALIDADE</b> .....	<b>17</b>
2.1	ORIGEM DO MODELO CENTRO-PERIFERIA CEPALINO.....	17
2.1.1	Heterogeneidade estrutural .....	18
2.1.2	Estrangulamento externo .....	19
2.1.3	Escassez de poupança e implicações para renda per capita.....	21
2.2	TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA INTERNACIONAL DESDE A FORMULAÇÃO DO MODELO ORIGINAL DA CEPAL.....	22
2.2.1	Mobilidade de capitais, implicações para os países periféricos, e a hierarquia monetária .....	24
2.2.2	Aspectos Comerciais: Fragmentação Produtiva e Cadeias Globais de Valor	28
2.3	DIMENSÕES CENTRAIS E PERIFÉRICAS.....	29
2.3.1	Dimensões produtivas.....	30
2.3.2	Dimensões monetário-financeira.....	31
2.3.3	Dimensões socioeconômicas .....	33
2.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	34
<b>3</b>	<b>A TRAJETÓRIA ECONÔMICA CHINESA: DA REVOLUÇÃO DE 1949 ATÉ A ATUALIDADE</b> .....	<b>36</b>
3.1	A REVOLUÇÃO SOCIALISTA E O GOVERNO DE MAO ZEDONG.....	36
3.1.1	Indústria.....	37
3.1.2	Agricultura .....	39
3.1.3	Balanco das políticas e a economia entregue a Deng Xiaoping.....	40
3.2	REFORMA E ABERTURA: LIDERANÇA DE DENG XIAOPING.....	41
3.2.1	Reforma: Indústria e Agricultura.....	42
3.3	INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL: A ECONOMIA CHINESA NO SÉCULO XXI .....	44
3.3.1	Entrada na OMC e ascensão comercial.....	44

3.3.2	China credora: “Nova Rota da Seda” e além.....	47
3.3.3.	Um balanço da reforma e abertura no século XXI.....	49
3.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	50
<b>4</b>	<b>CHINA: CENTRO OU PERIFERIA? .....</b>	<b>52</b>
4.1	DIMENSÃO PRODUTIVA .....	52
4.2	DIMENSÕES MONETÁRIO-FINANCEIRAS DA CHINA.....	61
4.3	DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA CHINA.....	67
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	71
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história econômica da China após 1949 é tão impressionante quanto intrigante, marcada por uma ascensão espetacular que ecoa nos confins do desenvolvimento global. Ao atravessar décadas de transformação, a nação passou de um cenário de devastação pós-guerra para uma potência econômica que desafia paradigmas estabelecidos.

A China, outrora agrícola e isolada, testemunhou um vigoroso crescimento econômico que reverberou globalmente. No entanto, compreender a complexidade desse fenômeno requer uma abordagem analítica sólida, capaz de ir além dos números e das estatísticas. É neste contexto que se volta para o arcabouço teórico centro-periferia, uma ferramenta conceitual proposta pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Esta abordagem não apenas destaca as disparidades econômicas entre regiões, mas também oferece uma lente interpretativa única para entender a posição que os países ocupam nas dinâmicas econômicas internacionais.

Ao utilizar-se da perspectiva centro-periferia como instrumento de análise ao caso chinês, busca-se revelar camadas profundas de significado por trás do crescimento econômico do país. Como a China se posiciona no contexto global, desafiando noções convencionais de centro e periferia? Como as relações econômicas internacionais são remodeladas por essa potência emergente? São questões que não apenas intrigam, mas que também desafiam paradigmas acadêmicos e políticos.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar o papel que a China ocupa na dinâmica econômica internacional utilizando o arcabouço analítico centro-periferia. Para atingir tal objetivo, desenham-se três objetivos específicos que correm em paralelo, sendo eles: (i) apresentar e discutir a atualidade do arcabouço analítico centro-periferia; (ii) analisar as características centrais do desenvolvimento econômico da China desde a Revolução Socialista de 1949; e (iii) identificar e analisar as dimensões em que a China apresenta características de (a) centro, (b) periferia, (c) não é mais periferia, mas ainda não pode ser considerada centro.

Desta maneira, o trabalho se organiza em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O capítulo 2 visa atingir o primeiro objetivo específico citado acima, com uma discussão a respeito das literaturas clássica e recente acerca do arcabouço teórico centro-periferia. O capítulo 3 aborda o desenvolvimento econômico chinês desde 1949 até o final da década de 2010, com um ponto de vista histórico e avaliando as políticas econômicas praticadas pelos governos que vigoraram neste período. O capítulo 4 discute, sob a ótica de dados coletados a respeito de algumas dimensões econômicas definidas ao longo dos capítulos anteriores visando compreender se a China apresenta características de centro, periferia ou intermediárias. Seguem as considerações finais acerca do objetivo geral desta monografia.

## **2 O MODELO CENTRO-PERIFERIA: DA FORMULAÇÃO À ATUALIDADE**

Este capítulo se debruça sobre o modelo centro-periferia. A primeira subseção descreve a formulação original do modelo cepalino, com o intuito de entender quais as principais características que definem um país como periférico/central no arcabouço original. Especificamente, aborda-se as questões da heterogeneidade estrutural, do estrangulamento externo e da escassez de poupança. A partir deste momento inicial, são descritas algumas transformações no sistema monetário e financeiro internacional (SMFI) ocorridas ao longo da segunda metade do século XX que são fundamentais para o entendimento das relações centro-periferia atuais. A partir disso, a última subseção define as seguintes dimensões (ou óticas) sob as quais a China será posteriormente analisada, quase sejam, (i) produtiva; (ii) monetário-financeiras; e (iii) socioeconômicas.

### **2.1 ORIGEM DO MODELO CENTRO-PERIFERIA CEPALINO**

O modelo centro-periferia abordado neste estudo é baseado no pensamento estruturalista latino-americano, tendo como principal expoente o economista argentino Raúl Prebisch, com seus artigos do final da década de 1940 e início da década de 1950. Notadamente, o estruturalismo teve um papel relevante na formulação de políticas econômicas nas nações da América Latina ao longo do século XX.

Prebisch (1949) afirma que o padrão periférico dos países latino-americanos é resultado da antiga Divisão Internacional do Trabalho (DIT), consolidada ao longo do século XIX, segundo a qual tais nações herdaram deste sistema uma vocação natural para produção de bens primários para fornecer aos países industrializados. Sendo assim, os países produtores de matérias-primas teriam vantagem comparativa, especializando-se nestas matérias de produção (modelo Ricardiano), já que o progresso técnico desenvolvido nos países industrializados se difundiria ao redor do mundo através da redução de preços e aumento da renda média. Ou seja, a industrialização tornar-se-ia desnecessária no contexto dos países latino-americanos.

Tal configuração gerou desequilíbrios tecnológicos e produtivos ao redor do globo. Deste modo, Rodríguez (2009, p. 81), em sua explanação sobre a origem do modelo centro-periferia estruturalista, afirma que “os centros se identificam com as economias onde as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro; a periferia, em contrapartida, é constituída por economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional”. Esta linha de raciocínio auxilia no entendimento de que não existia uma definição inicial quantitativa (por exemplo, com níveis de renda *per capita* pré-estabelecidos ou qualquer outro aspecto) a respeito do conceito do que seria “central” ou “periférico”, mas sim um processo histórico conhecido que gerou esta configuração de mundo. Nesse sentido, identificam-se os centros como as nações que, após a Revolução Industrial, tiveram suas estruturas produtivas transformadas pela inovação tecnológica, com setores e processos produtivos distintos daqueles praticados anteriormente, enquanto definiu-se a periferia como *altamente especializada*, em uma estrutura produtiva que compreende poucos setores, com baixo nível tecnológico, com atividades de maior demanda de mão de obra ou intensivas em recursos naturais (Porcile, 2021). Segundo Porcile (2021), a penetração da tecnologia na periferia se daria de maneira desigual, voltada principalmente aos setores exportadores.

A partir desta contextualização histórica a respeito do modelo defendido inicialmente por Prebisch e outros autores da CEPAL, são explorados a seguir alguns aspectos que definem o conceito original de centro e periferia segundo a literatura especializada: (i) heterogeneidade estrutural; (ii) estrangulamento externo e (iii) escassez de poupança.

### **2.1.1 Heterogeneidade estrutural**

O fator original da diferenciação entre o centro e a periferia é a concentração do progresso técnico nos países afetados primeiramente pela Revolução Industrial. É daí que surge o primeiro conceito fundamental para o entendimento aqui buscado: a **heterogeneidade estrutural**. Discutida amplamente por Pinto (1970), onde o autor

detalha o processo em que o setor exportador da periferia pode se definir como uma extensão ou parte do sistema central, uma parcela do esquema produtivo periférico em que o progresso tecnológico tem penetração, mas acaba não irradiando-a para os outros setores internos.

Rodríguez (2009) explicita que esta característica baseada na especialização foi resultado do “desenvolvimento para fora”, em linha com Pinto (1970), confluindo para a ideia de que os setores voltados à exportação acabavam acumulando e represando a irradiação do progresso técnico para o restante dos setores produtivos da periferia. Contudo, Rodríguez (2009) avança no entendimento de que a especialização se alastra ao restante da economia periférica também com a fase do desenvolvimento para dentro, já que a atividade industrial se inicia pelos setores tecnologicamente mais simples e vai avançando vagarosamente para matérias mais complexas. Este fator, aliado ao entendimento do papel chave do progresso técnico no crescimento econômico (Ocampo, 2001), demonstra que a produtividade do trabalho na periferia cresce mais lentamente quando comparada com o centro, dado o aspecto negativo de geração e absorção da tecnologia (Rodríguez, 2009).

Entende-se, portanto, a heterogeneidade estrutural como a característica básica original das economias periféricas, conforme a formulação original do modelo centro-periferia. Os autores clássicos (e posteriores) ampliam a discussão para as consequências diretas desta característica.

### **2.1.2 Estrangulamento externo**

Oportunamente, aborda-se aqui a questão da deterioração dos termos de troca, resultante no estrangulamento externo. Segundo Ocampo (2001), devido à centralização da originação do progresso técnico, faz sentido projetar que os países centrais movem as suas produções para setores mais dinâmicos (ou seja, para bens de maior *elasticidade-renda*), aproveitando também a sua maior capacidade de consumo interno.

Sendo assim, a matriz exportadora dos países periféricos se concentra em bens de menor elasticidade-renda (leia-se, menor sensibilidade às flutuações de demanda). A necessidade de industrialização na periferia agrava este ponto, já que para que tal processo ocorra, são necessárias importações de bens de capital, com elasticidade-renda superiores à matriz exportadora, causando restrições ao balanço de pagamentos (Porcile, 2021), além de questões relacionadas ao padrão de consumo de bens finais, que aumentam a demanda por importações de bens mais sofisticados à medida que os países periféricos se desenvolvem e a disponibilidade de renda aumenta (Nurkse, 1957). Segundo Rodríguez (2009, p. 90), a “[...] a especialização implica não se conseguir as [exportações] de origem industrial, enquanto o ritmo de aumento das de origem primária se vê limitado por margens que, se excedidas, dão lugar à deterioração de seus preços relativos e comprometem seu valor”.

Após a discussão dos pontos acima, pode-se atribuir com mais precisão quais as nações inicialmente definidas como periféricas na concepção do arcabouço teórico centro-periferia. Porcile (2021, p. 3, tradução minha), por exemplo, afirmou que “A Revolução Industrial acelerou a mudança tecnológica e industrial, inicialmente, em poucos países cujas estruturas produtivas foram transformadas pela inovação, pela emergência de novos setores e processos produtivos”. A visão de Prebisch (1949), no texto classicamente definido como o inaugural da CEPAL também levanta a questão de “centros industrializados”, levando a cabo a questão nevrálgica da importância da indústria para as nações centrais. Ocampo (2001) também corrobora tal visão ao analisar o pensamento do próprio Prebisch, ao abordar a diferenciação entre os processos de desenvolvimento econômico vividos pelos países em desenvolvimento. Quanto a este conceito, Rodríguez (2009) diferencia a “periferia” do “subdesenvolvimento” utilizando a base dinâmica do modelo centro-periferia, onde a condição periférica e a desigualdade são “[...] inerentes ao desenvolvimento do sistema em seu conjunto”.

Sendo assim, para fins deste trabalho, entende-se as nações periféricas (originalmente) como aquelas em que, após a Revolução Industrial, não houve grande mudança tecnológica ou intensividade do processo de industrialização. Nassif (2021) complementa este pressuposto afirmando que os países que se desenvolveram após o

evento histórico do século XIX não o fizeram via medidas de liberais, mas sim via medidas de protecionismo internas, que serão abordadas mais adiante. O autor ainda cita nominalmente países como os Estados Unidos, a Alemanha (estes ao longo do final do século XIX e início do século XX) e, mais recentemente, Japão, Coreia do Sul, entre outros. Desta forma, considera-se aqui como grupo original de países centrais os que tiveram a industrialização como base para seu desenvolvimento, passando pela América do Norte, Europa Continental e Reino Unido, além do Japão e outros países asiáticos.

### **2.1.3 Escassez de poupança e implicações para renda per capita**

Com relação ao desenvolvimento econômico da periferia, entende-se fundamental para a condição periférica os derivados do processo da industrialização na periferia, que possuem consoantes distintas do iniciado no centro atual ao longo do século XIX. Conforme Prebisch (1949), a diferença de produtividade encontrada entre o centro e a periferia caracterizam a disparidade de renda per capita e de padrão de vida das populações adjacentes. A falta de renda per capita, assim, monta um sistema de retroalimentação negativa, onde contribui para reduzida capacidade de poupança, já que esta depende diretamente do aumento da produtividade. É neste seio que Prebisch argumenta que a industrialização na periferia consiste em um meio fundamental para o desenvolvimento, e não um fim em si mesma. Sendo assim, a reduzida renda per capita e consequente escassez de poupança para o aumento da produtividade também são características intrínsecas da periferia econômica, como definido pela CEPAL.

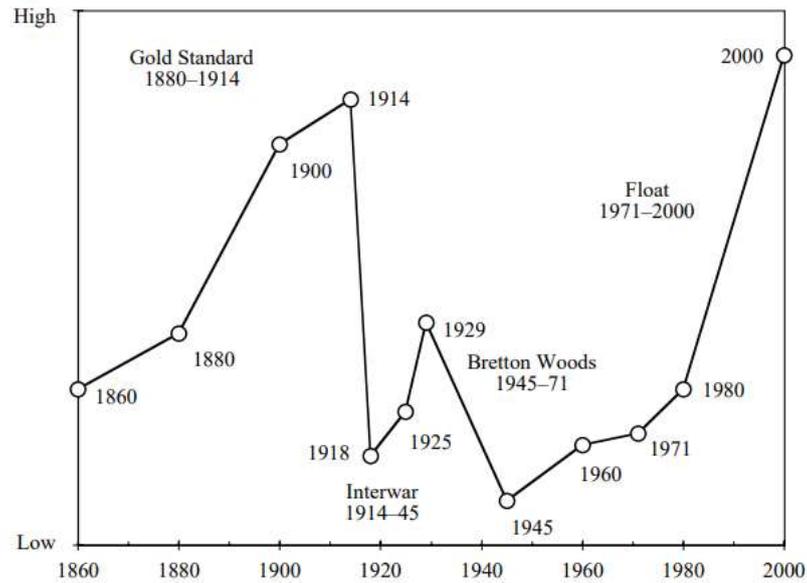
Estas características compõem uma derivada importante do subdesenvolvimento econômico da periferia. Como explicado por Prebisch (1949):

Outra consequência importante das disparidades entre os graus de evolução da renda e da técnica produtiva consiste na baixa intensidade da demanda que, em termos gerais, caracteriza uma grande parte da população latino-americana, apesar da sua magnitude numérica. Não apenas a falta de capital ou de habilidade para manejá-lo opõe-se à utilização de elementos de técnica avançada, como também a debilidade da demanda impede que se aufram as vantagens da produção em grande escala.

O que se entende a partir da citação acima é a falta de dinâmica da demanda interna para absorver as produções modernas, de modo que o crescimento da produção em escala encontra desafios de viabilidade internos. Ou seja, a baixa produtividade e renda interna levam a uma baixa absorção da produção pela população, deixando o crescimento da indústria dependente do setor externo para que ocorra de forma plena. Nesse sentido, medidas de produtividade, nível de poupança e dinamismo do setor interno são fundamentais para entender a pleno a condição periférica e definir se um país faz, ou não, parte da periferia econômica mundial. Tacitamente, esta seção também definiu como fator primordial o nível de renda per capita e de desenvolvimento socioeconômico, que possui diversas consequências para o desenvolvimento econômico periférico.

## 2.2 TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA INTERNACIONAL DESDE A FORMULAÇÃO DO MODELO ORIGINAL DA CEPAL

Ao longo da formulação do modelo centro-periferia (iniciada no final da década de 1950), a mobilidade de capitais foi ganhando destaque à medida que diversas instabilidades no sistema de Bretton Woods foram ficando evidentes (Belluzo, 2016), de modo que os mercados internacionais necessitaram de adequação aos novos padrões vigentes. Desta forma, os países periféricos passaram a conviver com desafios adicionais àqueles conhecidos e descritos pela literatura clássica da CEPAL. Segundo Obstfeld e Taylor (2002), a história econômica foi pautada por momentos em que o volume de fluxos financeiros entre os países variava de acordo com o arcabouço institucional vigente, conforme ilustrado pela figura 1 abaixo:

**Figura 1** - Variabilidade da mobilidade de capitais ao longo da história recente

Fonte: Obstfeld e Taylor (2002)

Com o fim do Sistema de Bretton Woods e o posterior afrouxamento dos controles de capitais, o fluxo financeiro entre as nações ganhou peso nas variáveis econômicas. Como resultado, a nova condição impôs aos países periféricos novos desafios. Entretanto, tais características apresentam consequências bastante específicas para as nações periféricas, conforme avaliado por autores como Prates (2005) e Oliveira (2020). Este último, inclusive, afirma:

[...] o conceito de centro-periferia foi elaborado no contexto de baixa relevância na dinâmica internacional dos fluxos de capitais, dada a institucionalidade estabelecida no padrão pós-Bretton Woods, e a predominância de mercados financeiros regulados sem a existência de uma série de inovações financeiras que somente posteriormente se observaria. Deste modo, a arquitetura monetária internacional ensejava alguns mecanismos institucionais que redundavam em relativa proteção às moedas periféricas no âmbito de sua própria área de jurisdição.

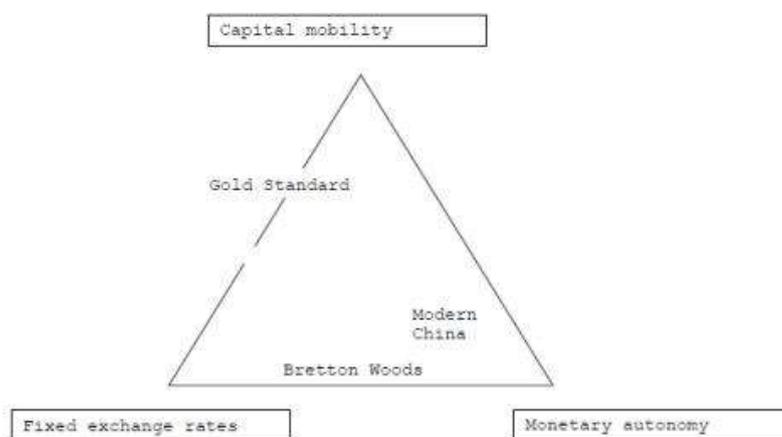
Nesta subseção, discutir-se-á brevemente a problemática envolvida nos fatos dos controles e mobilidade de capitais, bem como quanto à teoria formulada a respeito da hierarquia monetária. Analisam-se também as transformações em âmbito comercial que ocorreram concomitantemente com o aumento da mobilidade internacional de

capitais. O intuito desta discussão é embasar a seção seguinte, que revisita o modelo centro-periferia original, atualizando a discussão para períodos mais recentes.

### 2.2.1 Mobilidade de capitais, implicações para os países periféricos, e a hierarquia monetária

A abordagem do trilema macroeconômico, popularizada, entre outros, por Mundell (1963), constitui um pano de fundo teórico importante para entender a relação da mobilidade de capitais com as outras variáveis vigentes na economia, auxiliando também as implicações desta para os países periféricos. Obstfeld e Taylor (2002) definem o *trilema da política macroeconômica para economias abertas* como a incompatibilidade de manter-se, ao mesmo tempo, três pilares: (i) estabilidade da taxa de câmbio; (ii) liberdade de fluxos financeiros; e (iii) autonomia de política monetária. Segundo os autores, para obter duas das três características expostas acima, necessariamente a economia aberta deve renunciar à outra. Bordo e James (2015) trazem uma ilustração útil para o entendimento do trilema macroeconômico clássico e seu posicionamento ao longo de diversos arranjos institucionais do SMFI, que é reproduzida na Figura 2 a seguir:

**Figura 2 - Trilema de política macroeconômica clássica**



**Fonte:** Bordo e James (2015)

Conforme a figura 2 acima, nota-se um antagonismo entre os arranjos do Padrão-Ouro e Bretton Woods, em que o primeiro se caracterizava por um sistema baseado na estabilidade cambial e alta mobilidade de capitais, renunciando a uma política monetária autônoma, enquanto o segundo renunciava à mobilidade de capitais visando câmbio estável e autonomia monetária. Obstfeld e Taylor (2002) alertam para a simplificação do esquema do trilema, que se trata de uma aproximação da realidade. Nesta, cada país trabalha com aspectos internos próprios, que devem levar a desvios do modelo original.

O foco desta discussão não é o histórico completo de como cada arranjo institucional do SMFI desenhou-se com base no trilema, mas sim entender que durante a vigência dos Acordos de Bretton Woods (1945-1971) a mobilidade de capitais foi ganhando força nos movimentos financeiros entre os países (vide Figura 1). Desta vez, este movimento se deu em direção à aresta vértice à direita do triângulo da Figura 2, iniciando um modelo baseado nas taxas de câmbio flutuantes. Belluzo (2016) traz à tona que o privilégio americano na emissão da moeda de reserva do sistema de Bretton Woods tornou-se uma sina, com sucessivos déficits comerciais e em transações correntes nas contas internacionais estadunidenses após a década de 1960, levando a um sistema inicialmente temporário de taxas flutuantes. Dathein (2002) traz exemplos de ataques especulativos ocorridos ao longo das décadas de 1950 e 1960, o que também motivou os EUA a suspender a conversibilidade do dólar americano em ouro em 1971, emergindo o câmbio flutuante em 1973, encerrando o modelo anterior de modo unilateral.

Com o arranjo institucional alterado, para fins deste trabalho, necessita-se concentrar nas consequências desses acontecimentos para os países periféricos. Essas transformações trouxeram a cabo diversas questões inéditas para a inserção econômica destas nações.

Entende-se oportuno, aqui, abordar a questão da hierarquia monetária que vigora juntamente com a livre mobilidade de capitais. Segundo esta tese, conforme exposto por Prates (2005), as moedas se dispõem hierarquicamente no SMFI com base na sua conversibilidade. Este conceito é baseado na aceitação das moedas internacionalmente como meio de pagamento, unidade de conta e como ativo de

reserva internacional. Prates (2005) afirma que o dólar americano é a única moeda que exerce a pleno as três funções acima descritas, enquanto gradualmente as moedas vão perdendo as suas funções conforme se afastam do centro econômico, chegando ao extremo das moedas não-conversíveis de países periféricos. Um resultado prático desta condição é a incapacidade das economias periféricas em emitir dívida externa em moeda nacional. Tal característica também eleva o “prêmio de risco” exigido pelos investidores internacionais, fazendo com que os países periféricos tenham que carregar elevadas taxas de juros básicas para atrair recursos externo (Oliveira, 2020).

Pode-se discutir o extremo oposto do problema monetário encontrado nas nações periféricas. Países localizados no centro da economia mundial emitem as moedas centrais, conversíveis (Oliveira, 2020). Quando se analisa o país hegemônico, os EUA, observa-se que tal condição resulta em o que se chama de privilégio exorbitante. Conforme definem Gourinchas, Rey e Sauzet (2019, p. 31, tradução minha):

Em nosso sistema de moedas fiduciárias [ou seja, sem lastro], ser o país hegemônico confere uma habilidade específica que compete à emissão de dívida na própria moeda que é absorvida tranquilamente pela demanda do restante do mundo. Daí surge a visão de que os Estados Unidos não precisam tomar medidas restritivas em sua economia em caso de déficits fiscais, já que o dólar não é um meio imparcial de troca internacional. Essa é a essência do privilégio exorbitante.

Ou seja, pode-se definir, ainda que simplificada, que o privilégio exorbitante compreende a habilidade de um país em internacionalizar a sua dívida interna, já que ativos em moedas conversíveis são demandados pelos investidores internacionais.

A hierarquia monetária definida acima contribui para entender os desafios vivenciados pelas economias periféricas em um SMFI baseado na livre (ou plena) mobilidade de capitais. Mondino, Nier e Sedik (2014) afirmam que os influxos de capital (líquidos ou brutos) tendem a ter uma influência grande na economia interna devido ao reduzido tamanho dos mercados internos, gerando distorções de preço relevantes (incluindo as taxas de câmbio). Prates (2005) afirma que a volatilidade relacionada aos fluxos recentes de capital aprofunda o problema das distorções, pois movimentos relacionados à economia interna dos países centrais pode fazer com que a direção do

fluxo se inverta, com fuga de capitais visando a “preferência pela liquidez” ou “fuga para qualidade” (*flight to quality*, no original), quando os investidores buscam os ativos em que confiam mais (leia-se, denominados em dólar e/ou moedas conversíveis) em momentos de crise e/ou incerteza econômico-financeira em qualquer âmbito. Estes movimentos possuem alta correlação com índices de volatilidade dos mercados financeiros (Mondino, Nier e Sedik, 2014).

Desta forma, infere-se que algum nível de controle na mobilidade de capitais nos países periféricos é útil, dados os prováveis problemas que devem ser encontrados à medida que instabilidades externas ocorrem. Conforme Prasad et al. (2003), pode-se distinguir as modalidades de fluxo de capital para os países emergentes baseado na volatilidade destes frente aos cenários macroeconômicos. Prasad et al. (2003), então, definem o Investimento Estrangeiro Direto (IED)<sup>1</sup> como substancialmente menos volátil que outras formas de investimento externo, como os investimentos em carteira. Para os autores acima, a composição dos fluxos de capital externos para os países periféricos tem uma grande influência na vulnerabilidade destes às crises financeiras. Sendo assim, um aspecto essencial para avaliação da condição periférica dos países é a composição de sua Posição Internacional de Investimentos<sup>2</sup> (PII). Cunha, Peruffo e Silva (2021) abordam que as economias periféricas (*developing and emerging economies*, no original) buscam equilíbrio entre abrir suas fronteiras financeiras visando a quantia necessária de capital estrangeiro ao seu desenvolvimento e regular os fluxos internacionais buscando criar algum espaço para política econômica.

Pode-se derivar, a partir da discussão da presente seção, que as mudanças ocorridas no SMFI ao longo das últimas décadas necessitam ser incorporadas ao modelo centro-periferia, de modo a caracterizar de maneira mais assertiva as condições centrais e periféricas do objeto de estudo de interesse. Sendo assim, compreende-se que fatores relacionados à conversibilidade da moeda nacional, além do perfil da PII

---

<sup>1</sup> IED é definido, segundo UNCTAD (2023), como um investimento estrangeiro envolvendo uma relação de longo prazo com o ente investido e o ente investidor, geralmente caracterizado por participação societária em algum negócio pré-existente no país investido, podendo assumir diferentes formas.

<sup>2</sup> De acordo com o FMI (2009), a PII pode ser definida como um documento estatístico que representa, em um ponto do tempo, ativos e passivos detidos por residentes da economia com relação ao exterior.

(credor ou devedor), entre outros, compreendem requisitos fundamentais para a avaliação atual dos países na sua inserção do sistema centro-periferia.

### **2.2.2 Aspectos Comerciais: Fragmentação Produtiva e Cadeias Globais de Valor**

Ao longo do século XX, o modo de produção passou por mudanças profundas na sua distribuição e dominância, sendo necessária sua incorporação à definição de “centro” ou “periferia” atualmente. Segundo Tigre (2005), as teorias da firma passaram por atualizações à luz de transformações tecnológicas provocadas por alguns paradigmas chave ao longo da história: a Revolução Industrial do século XIX, o fordismo, que vigorou durante a maior parte do século XX (concomitantemente ao desenvolvimento do modelo centro-periferia original e da escola estruturalista da CEPAL) e o paradigma das tecnologias da informação, que vem ganhando força desde o último quartil do século XX.

Oliveira (2020) chama a atenção para o conceito das Cadeias Globais de Valor (CGV), que, em suma, compreendem que as etapas de um mesmo processo produtivo estão fragmentadas (ou espalhadas) ao redor do globo, sendo conduzidas pelos fluxos internacionais de capital e bens. Esta estrutura produtiva difere do método fordista, por exemplo, onde as filiais das empresas pouco tinham de interação para com suas matrizes, majoritariamente localizadas em países centrais (Oliveira, 2020). Nesta configuração, a descentralização das etapas dos processos produtivos levou a um entrelace maior entre as grandes corporações e as demais unidades produtivas. Segundo Oliveira (2020):

Uma CGV pode incluir atividades como design, P&D, produção, marketing, distribuição, apoio ao consumidor, pós-venda, dentre outros. O fenômeno de desverticalização dos processos produtivos tem a finalidade de viabilizar a internacionalização de algumas dessas etapas produtivas. Com isso busca-se levar ao paroxismo o processo de racionalização da redução de custos mediante máxima exploração das economias de escala, escopo e economias externas oportunizadas pela ampliação dos mercados.

A literatura sobre este tema é ampla. Contudo, entende-se oportuno, aqui, compreender a implicação das CGV para as relações de dependência e integração econômica no âmbito do modelo centro-periferia. As CGV constituem etapas produtivas fragmentadas e internacionalizadas, buscando utilizar-se das economias de escala e da especialização visando a geração de valor. Tigre (2005) descreve este processo como a terceirização, onde as grandes corporações transferem funções não essenciais para a lucratividade do negócio. Dentre estas etapas produtivas, observa-se que algumas possuem maior valor agregado à cadeia do que outros. Oliveira (2020) afirma que a nova configuração produtiva do mundo é pautada em uma estrutura onde as sedes das corporações ficam nos centros, acumulando as etapas das CGV onde se geram mais valor, desde o P&D até as etapas pós-produção (chamadas de etapas a montante e a jusante do processo produtivo, que são intrinsecamente ligadas à aquisição de ativos intangíveis estratégicos), enquanto a periferia acaba como responsável pelos elos mais repetitivos e com menor valor agregado.

Sendo assim, as mudanças ocorridas após os anos 1970 constituem fator-chave para o entendimento das relações centro-periferia atuais. O paradigma necessita levar em consideração não somente a pauta exportadora das economias (como definido na DIT original), mas também a influência tecnológica, o grau de dominância nas CGV e outros fatores relacionados diretamente com a relevância comercial e produtiva das nações.

### 2.3 DIMENSÕES CENTRAIS E PERIFÉRICAS

Para prosseguir na incumbência deste trabalho, é necessário definir quais dimensões serão analisadas, sob o ponto de vista do arcabouço teórico centro-periferia, a respeito da China e, a partir disto, caminhar na direção de entender em que medida o arcabouço teórico cepalino contribui para compreender o papel da China na dinâmica internacional. Tal tarefa apresenta certo nível de dificuldade, dado que, inevitavelmente, algumas dimensões relevantes serão negligenciadas, com o intuito de ter profundidade

nos aspectos relacionados majoritariamente ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, vale ressaltar que o aspecto geopolítico não será abordado. Partindo da análise inicial feita em Conti, Peruffo e Prates (2021), optou-se por investigar as seguintes dimensões: produtiva; monetário-financeira; e socioeconômica.

### 2.3.1 Dimensões produtivas

Na dimensão produtiva, alguns aspectos são fundamentais para a avaliação das condições centrais e periféricas. Conforme discutido por Prebisch (1949), a **produtividade** da economia apresenta um fator propagador de desenvolvimento econômico importante, dado o efeito positivo que o seu crescimento dá ao crescimento espontâneo da poupança e consequente elevação da dinâmica de consumo da população interna. As medidas de produtividade são controversas, dado que muitas se confundem com a própria renda per capita (entendida, de outra forma, como a produção por trabalhador). Krugman (1994, tradução minha) a define como “[...] a razão entre o volume de produção com o volume dos insumos”. O mesmo autor afirma que os indicadores existentes hoje ainda possuem problemas relevantes em sua contabilização, mas que o mais comumente utilizado é a razão entre produto por hora trabalhada<sup>3</sup>. Outros indicadores apresentam abrangência mais completa, como a Produtividade Multifatorial (Multifactor Productivity (MFP))<sup>4</sup> produzido pela OCDE. Entretanto, essas medidas ainda possuem carência de dados para alguns países, sendo a China um caso latente. Infere-se que, ao menos tacitamente, aspectos relacionados à participação da indústria no produto total como uma métrica relevante, já que esta aumenta produtividade do trabalho e o grau de autonomia interno (Conti, Peruffo e Prates, 2021).

É necessário, em confluência com os fatores descritos acima, analisar as dimensões correspondes à heterogeneidade estrutural do país, conforme descrito por

---

<sup>3</sup> Segundo Krugman (1994), o maior problema desta medida é a carência de informações de alguns países, já que a quantidade de horas geralmente utilizada no cálculo é obtida através da base de dados da OCDE, a qual nem todos os países aderem.

<sup>4</sup> Para mais informações, consultar <https://data.oecd.org/lprdy/multifactor-productivity.htm>

Pinto (1970) e Rodríguez (2009), sendo esta a condição primordial de definição das nações periféricas no modelo centro-periferia. Hausmann e Hidalgo (2014) desenvolvem uma visão de desenvolvimento econômico relacionada com as capacidades de produção internas de cada país, que se manifestam na diversificação e complexidade da matriz exportadora. Estas capacidades próprias são qualidades não passíveis de importação, tais como infraestrutura, qualidade de mão de obra, aspectos regulatórios, entre outros. O índice desenvolvido pelos autores supracitados possui dados publicados através do Observatório da Complexidade Econômica<sup>5</sup>, que computa informações não somente relacionadas à matriz de comércio, mas também tecnológica, o que é útil para diversos outros pontos deste trabalho. Neste sentido, o Índice de Complexidade Econômica (ICE) constitui uma ferramenta interessante para a avaliação atual da heterogeneidade estrutural.

É importante ressaltar que o ICE possui diversas variações, levando em consideração aspectos tecnológicos e de pesquisa. Conforme visto na seção 2.2.2., não basta a visualização da economia como relevante comercialmente (como o número de países que a tem como principal parceiro comercial), demonstrando-se necessário um enfoque baseado na diversificação econômica e da própria pauta exportadora.

### **2.3.2 Dimensões monetário-financeira**

Conforme discutido na seção 2.2.1, os aspectos monetários e financeiros são essenciais para que se tenha um entendimento mais atualizado a respeito das relações centro-periferia atuais. Desta forma, medidas relativas a estas esferas devem ser levadas em consideração na análise.

Na esfera monetária, autores como Conti, Prates e Plihon (2014) explicitam a importância da hierarquia entre as moedas como um fator limitante de autonomia nas políticas monetárias e cambiais em economias periféricas. O que se observa é uma

---

<sup>5</sup> Ferramenta desenvolvida por Alex Simoes, em 2012, orientado por Hidalgo, um dos criadores do índice da complexidade econômica, dentro do MIT (Massachusetts Institute of Technology), que se tornou um projeto de fonte aberta ainda em 2012 (OEC, 2023a).

necessidade de manutenção de altas taxas de juros (ou, manutenção de um diferencial de juros relevante para com os centros) para evitar a fuga em massa de capitais, já que as moedas periféricas, por não exercerem plenamente as funções de conversibilidade, apresentam-se como um ativo financeiro para os investidores internacionais. Este é apenas um exemplo das implicações que a hierarquia monetária traz às economias periféricas. Sendo assim, estratégias de internacionalização de moedas, que, segundo Cohen (1971), constituem o uso destas por agentes internacionais em suas funções clássicas (unidade de conta, reserva de valor e meio de troca), como a iniciada pela China recentemente (Filho e Pose, 2018) demonstram a importância deste conceito na prática, visando reduzir a condição periférica da moeda. Desta forma, informações como o uso da moeda como ativo de reservas internacional, no comércio e no portfólio de investidores (como, por exemplo, na composição de índices de “mercados emergentes” produzidos por agências como MSCI, Standard & Poors, Blackrock, Vanguard<sup>6</sup>, entre outras) indicam como a internacionalização financeira da China está ocorrendo.

Além dos fatores supracitados, faz-se necessário evocar o conceito da **vulnerabilidade externa**, que leva, posteriormente, à avaliação das contas externas do país (seja o Balanço de Pagamentos ou a PII). Pode-se defini-la como a tradução da probabilidade de um país deflagrar crises cambiais e financeiras, sendo o polo oposto a capacidade de mitigar tais efeitos (Peres, 2019). Acompanhando o trabalho de Valenti (2023), é possível notar linhas de pesquisa que apontam para causas distintas para a vulnerabilidade externa, sendo estas endógenas (ou seja, próprias do país) ou exógenas (resultantes do contexto do SMFI). Esta visão advém do conceito do “pecado original”, cunhado por Eichengreen e Hausmann (1999), sendo este, basicamente, a impossibilidade de os países se endividarem externamente na sua própria moeda, algo trazido à tona também pela literatura envolvendo a hierarquia monetária. Neste caso, Valenti (2023) enfatiza os principais fatores que envolvem a redução das

---

<sup>6</sup> Estas empresas são responsáveis pela formulação de índices que lastreiam fundos negociados em bolsas de valores (popularmente chamados de ETFs, ou *exchange traded funds*). Estes produtos correspondem a cerca de 30% do volume diário de negociações nas bolsas de valores americanas (Ben-David, Franzoni e Moussawi, 2016).

vulnerabilidades externas tradicionais sendo o volume de reservas internacionais e a redução da dívida externa denominada em moeda estrangeira. Kaltenbrunner (2015) e Kaltenbrunner e Paineira (2018), entre outros autores, trazem à tona a necessidade de entender o contexto do SMFI atual para a definição mais assertiva da vulnerabilidade externa, com fatores que levam em consideração o perfil da PII (Noije, 2014), exposição aos fluxos de capital de curto prazo (principalmente os Investimentos em Carteira) e a volatilidade destes fluxos.

A partir destes fatores, entende-se o caminho pelo qual o trabalho deve seguir no contexto monetário-financeiro da integração chinesa ao SMFI atual, baseando-se no modelo centro-periferia. Necessita-se levar em consideração aspectos que capturem a vulnerabilidade externa chinesa, a integração da moeda nacional no contexto internacional e a evolução dos mercados financeiros internos (Eichengreen e Hausmann, 1999), entre outras questões, buscando uma visão multifatorial a respeito do assunto.

### **2.3.3 Dimensões socioeconômicas**

Conforme discutido na seção 2.1.3, a escassez de poupança interna e falta de dinâmica da demanda interna são consequências diretas da condição periférica dos países (Prebisch, 2011). Sendo assim, a baixa quantidade de renda disponível tem como (uma possível) consequência uma reduzida capacidade de poupança, o que dificulta o desenvolvimento econômico com aumento da produtividade (Prebisch, 2011). É possível notar ainda, em diversos textos clássicos da CEPAL, o subentendimento de que os países periféricos possuem renda per capita baixa, ou inferior à média internacional (Prebisch, 2011; Pinto, 1970). Desta forma, avaliar o crescimento das condições socioeconômicas da vida das pessoas no país analisado é necessário para a adequação do objeto ao modelo centro-periferia.

Dentre estas condições, a mais clara é a própria renda *per capita* baixa, conforme citado no parágrafo acima. Entretanto, outros autores estruturalistas também trazem à tona outras condições inatas aos países periféricos, no que diz respeito aos

baixos “padrões de vida”. Porcile (2021) analisa a questão sob o prisma da distribuição de renda e suas diferenças entre países centrais e periféricos. Segundo o autor, a estrutura produtiva do país tem consequências diretas para a distribuição de renda e a demanda no mercado de trabalho:

Primeiramente, uma estrutura produtiva pouco diversificada implica uma taxa de crescimento limitada pelo Balanço de Pagamentos, gerando, conseqüentemente, uma demanda menos dinâmica pelo trabalho. Em segundo lugar, estruturas produtivas pouco intensivas em tecnologia demandam, majoritariamente, uma mão de obra menos qualificada, oferecendo reduzidas possibilidades de aprendizado e para acumulação de conhecimento e habilidades específicas. Ambas as forças reduzem o poder de barganha dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua habilidade em traduzir ganhos de produtividade em aumento de salários reais. (Porcile, 2021, tradução minha)

Nota-se que a heterogeneidade estrutural observada pelos autores clássicos da CEPAL possui implicações diretas nas condições socioeconômicas da população. Sendo assim, é importante notar que, sob uma ótica de chegada, o desenvolvimento socioeconômico pode ser visto como um objetivo das políticas econômicas. Então, variáveis que traduzem a distribuição de renda, a renda per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros fatores são indicadores que compõem, juntamente com os restantes nas outras dimensões expressas nesta seção, características de centro ou periferia aos países (Conti, Peruffo e Prates, 2021).

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo teve como objetivo descrever o modelo centro-periferia, as transformações que ocorreram na economia internacional desde a concepção original do modelo e, a partir disso, definir as óticas analíticas sob as quais a China será estudada para refletir se, hoje, o país se encontra no centro ou na periferia do sistema mundo. O modelo originalmente desenvolvido por autores como Prebisch e Pinto, entre tantos outros, foi formulado em um contexto internacional distinto daquele encontrado hoje em dia. Desta forma, autores como Prates (2005) e Oliviera (2020) buscaram incluir neste arcabouço teórico os aspectos que sofreram transformação ao longo das últimas décadas. Aquelas abordadas neste capítulo, com algum destaque, foram as

transformações financeiras (decorrentes do fim do arranjo institucional de Bretton Woods) e as comerciais-produtivas (baseadas na formação das CGV e redes de firmas), que possuem implicações diretas para as economias periféricas ao redor do globo.

Ao longo dos anos, portanto, o modelo centro-periferia tem sido atualizado pela literatura especializada para se adequar à realidade atual, caracterizada por fluxos intensos de capital entre os países, livre comércio e as CGVs. O modelo também tem sido utilizado para analisar países para além da América Latina. Aqui, para definir um país como centro ou periferia, se optou por enfatizar as dimensões produtivas, monetário-financeiras e socioeconômicas. É importante ressaltar que nenhuma destas dimensões é capaz de definir se um país é centro ou periferia isoladamente, sendo necessária uma análise global que leve em consideração os aspectos próprios da nação sob estudo. Sendo assim, o próximo capítulo tem como objetivo descrever a história econômica recente da China (após 1949). Este estudo aprofundado do processo histórico chinês será a base para o capítulo quatro, em que serão analisados os dados das três dimensões definidas aqui (produtivas, monetário-financeiras e socioeconômicas), e que buscarão caracterizar a China como (i) centro, (ii) periferia, (iii) não sendo mais periferia, mas ainda não sendo considerada centro.

### **3 A TRAJETÓRIA ECONÔMICA CHINESA: DA REVOLUÇÃO DE 1949 ATÉ A ATUALIDADE**

O capítulo a seguir tem como objetivo a descrição da história econômica recente da China, com foco a partir da revolução comunista, que finda em outubro de 1949, até o início da década de 2020. A divisão ocorre em 4 seções abordando os seguintes tópicos: Revolução Socialista (1949), processo de Reforma e Abertura (1978), entrada da China na OMC (2001) e Nova Rota da Seda (2013). Cada seção descreverá o período subsequente com o intuito de dialogar com o capítulo 2, visando distinguir os movimentos econômicos chineses que a fizeram flutuar entre a periferia e o centro do sistema.

#### **3.1 A REVOLUÇÃO SOCIALISTA E O GOVERNO DE MAO ZEDONG**

No ano de 1949, a China passou por um processo de revolução que ocorreu após diversos conflitos bélicos contra o vizinho Japão. As forças políticas que disputavam o poder eram o Kuomintang, partido conservador nacional chinês, e as forças comunistas, lideradas por Mao Zedong. Com a vitória dos comunistas, o país iniciou um processo de desenvolvimento econômico baseado na experiência soviética, com técnicos nativos e chineses treinados visando a criação de instituições que baseassem os planos de desenvolvimento anuais e quinquenais (Brandt e Rawski, 2008).

A economia chinesa pré-revolução era majoritariamente rural, com cerca de 60% do PIB sendo representado pela agricultura, e não mais de 20% sendo gerado pelo setor industrial (Riskin, 1987, p. 17). Seguindo a linha soviética, a política econômica do período maoísta se baseou, segundo Brandt e Rawski (2008, p. 4), na “[...] extensa propriedade estatal, controle central sobre os preços e planos de equilíbrio material que emitiram diretivas específicas que regeriam a alocação dos principais insumos, produtos e fluxos financeiros”. Desta forma, o ideal perseguido pelo governo chinês consistia em mudar o centro dinâmico da economia da agricultura para a indústria. Neste sentido, apesar da concomitância das ideias, é possível notar uma aderência aos

ideais estruturalistas latino-americanos, a despeito da forte influência soviética no plano de desenvolvimento chinês a partir do terceiro quarto do século XX.

O período em que a China esteve sob o governo (e a ideologia) de Mao Zedong constitui-se de diversas políticas econômicas praticadas ao longo dos seus mais de 35 anos no poder. Entretanto, algumas práticas são essenciais para que se entenda, de forma pragmática e diretamente relacionada ao tema deste trabalho, o direcionamento da economia chinesa para um aspecto menos periférico, e mais central.

### **3.1.1 Indústria**

Uma das políticas centrais do planejamento econômico chinês do governo Mao Zedong foi a mudança do eixo dinâmico da economia chinesa, passando do setor primário para o secundário. Isto pode ser observado através do crescimento da participação da indústria no PIB, que saltou de 18% para 45% entre 1952 e 1978 (Conti, Peruffo e Prates, 2021). Esta mudança estrutural só foi possível com um forte crescimento da participação do investimento (leia-se, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)), que atingiram níveis de cerca de 20% do PIB já em 1952, crescendo até próximo de 30% até próximo do final do governo de Mao (Deng, Guo e Shen, 2022). Dada a característica intrínseca da economia socialista chinesa, o país não possuía abertura ao capital externo, sendo este crescimento da FBCF no PIB advindo de forte investimento público. Segundo Conti, Peruffo e Prates (2021), entre 60% e 65% dos investimentos feitos pelo governo chinês neste período eram focados em indústrias de base (pesadas), telecomunicações, transportes, entre outros. Esta predominância dos investimentos na indústria pesada pode ser traduzida uma herança direta da influência soviética (Meisner, 1989). A China, assim, pode construir a infraestrutura necessária para que, anos depois, sua indústria se modernizasse.

A indústria chinesa criada neste período era majoritariamente estatal. Antes do final do período de Mao, em 1976, cerca de 78% do produto gerado pela indústria advinha de estatais, com estas ainda sendo responsáveis por mais de 80% dos investimentos em FBCF da economia (Milaré, 2020; Brandt, Rawski e Sutton, 2008, p. 571), nesse

sentido, coerente com uma economia em planejamento central e completamente isolada do ponto de vista internacional (Brandt e Rawski, 2008, p. 6). A indústria leve era comandada por pequenas firmas privadas, localizadas tanto no complexo urbano quanto no rural, mas apresentava pouco dinamismo e crescimento limitado pelo controle estatal. Segundo Brandt, Rawski e Sutton (2008), o controle de preços aplicado pelo governo chinês garantia lucros e fluxos de caixa para as firmas (públicas e privadas), mas acabava remetendo toda esta quantia financeira para os cofres do Estado, sendo uma fonte importante de receita para o governo chinês. Nesse sentido, o controle de preços era fundamental para a criação de um mercado consumidor interno. Nas palavras de Deng, Guo e Shen (2022, p. 13), “[...] *the state acted as the single dealer between sectors*”. Este detalhe fica mais claro à medida que a próxima seção descreve a política com relação à agricultura no governo Mao.

É importante ressaltar que, diferentemente do modelo soviético, o controle administrativo das indústrias urbanas chinesas desta época era relativamente descentralizado, com o controle ficando na mão dos governos provinciais ou até de grau hierárquico menor, visando otimizar a dificuldade geográfica de planejamento central em um país tão grande como a China. Apesar disso, pouca autonomia era detida pelos diretores das firmas locais, o que consistia em uma das fraquezas do processo de industrialização chinês do período maoísta, além da falta de produtividade, entre outros (Brandt, Rawski e Sutton, 2008).

É possível resumir a industrialização chinesa deste período como um processo urbano e com foco na infraestrutura. Dados de Deng, Guo e Shen (2022, p. 8) demonstram que durante o período maoísta a razão entre os investimentos em indústria pesada e indústria leve superou as 7 vezes. Segundo Milaré (2020), este processo, calcado em uma reforma agrária (que será descrita a seguir) importante, foi responsável por criar as bases de infraestrutura responsáveis por tornar possível o processo de *catching up* tecnológico iniciado por Deng Xiaoping posteriormente.

### 3.1.2 Agricultura

Antes da Revolução de 1949, a China poderia ser definida como um país majoritariamente agrícola, com quase dois terços do produto sendo representados pelo setor primário, conforme explicitado na seção anterior. Ao longo do governo de Mao, essa participação foi reduzida para menos 30% em 1978, quando em 1952 o mesmo setor ultrapassava os 50% do PIB (Conti, Peruffo e Prates, 2021). Como discutiu-se na subseção anterior, o governo chinês, principalmente no seu primeiro plano quinquenal (1953-1957), colocou esforços na criação da indústria pesada e na infraestrutura econômico, sendo suas políticas de investimento majoritariamente focadas no desenvolvimento urbano da China. Desta forma, não surpreende que o nível de participação da agricultura tenha decrescido tanto no produto.

Entretanto, o governo chinês estabeleceu uma série de políticas na zona rural, visando gerar a quantidade de alimento necessária para distribuir entre a população e viabilizando, assim, o desenvolvimento econômico nos moldes socialistas (Milaré, 2020). Logo após a Revolução, se iniciou um processo de reforma agrária rápido, em que ocorreram massivas desapropriações de terras (em grande parte de grandes latifundiários) e posterior distribuição para a população camponesa da China (Milaré, 2020; Huang, Otsuka e Rozelle, 2008). Contudo, após este período inicial, o primeiro plano quinquenal de Mao aplicou a coletivização da produção rural na China, organizando os fazendeiros em pequenas comunas, processo iniciado em 1958 e com claro objetivo de organizar e fornecer os insumos alimentícios e agrícolas necessários para o desenvolvimento da indústria pesada (Milaré, 2020). Segundo Huang, Otsuka e Rozelle (2008), este sistema produtivo possuía diversos problemas, dentre os quais merece destaque a falta de incentivos, em um sistema onde o mecanismo de esforço e recompensa dos trabalhadores não era claro. Os trabalhadores eram remunerados, ao final das safras, majoritariamente em alimentos, e não necessariamente com base no volume produzido por cada comuna, mas em tarefas distintas. Não raro, observou-se desvios de conduta na produção de alimentos, com camponeses desviando recursos para seu próprio uso (Huang, Otsuka e Rozelle, 2008).

Esta política teve como nome o Grande Salto Adiante (GSA), proposto por Mao após o relativo fracasso do primeiro plano quinquenal. Dadas as características descritas anteriormente, o resultado foi o oposto. Paralelo ao sistema das comunas, o governo aplicava forte controle de preços e agia como único comprador/vendedor dos produtos agrícolas no mercado interno, com vendas compulsórias sendo realizadas ao próprio Estado a preços baixos (Selden, 1989). A situação levou a uma migração em massa de trabalhadores do setor rural para a indústria (Naughton, 1995), o que levou a desequilíbrios na oferta de alimentos, desencadeando uma grande fome<sup>7</sup>, que levou a uma forte queda no PIB. Em 1961, segundo dados do Banco Mundial, o PIB chinês sofreu queda de mais de 25% (ano contra ano), queda que se reduziu em 1962, mas ainda foi superior a 5% (World Bank, 2023a). Algumas destas políticas de centralização da produção foram relaxadas ao longo do governo de Mao, entretanto, durante todo o período, o governo manteve o controle sobre a distribuição dos bens de consumo e da produção agrícola (Naughton, 1995).

As políticas agrícolas do período socialista chinês, a despeito da tragédia socioeconômica vivida no GSA, obtiveram algum êxito na distribuição de alimentos e serviu ao propósito de impulsionar o nascimento da indústria pesada no país. Brandt e Rawski (2008) afirmam que os trabalhadores urbanos recebiam quantidades de alimento superiores aos seus compatriotas camponeses, usufruindo também de melhores condições humanas, como o acesso à educação, saúde, entre outros.

### **3.1.3 Balanço das políticas e a economia entregue a Deng Xiaoping**

O governo de Mao Zedong possui alguns legados importantes. No lado positivo, conforme Milaré (2020), a maior conquista deste período é a criação de uma indústria de base e um forte crescimento da produção. Como se verá a seguir, a indústria chinesa, que se diversificou bastante nas últimas décadas, se utiliza de uma base forte

---

<sup>7</sup> Algumas estimativas apontam para mais de 40 milhões de mortos (Brandt e Rawski, 2008)

de uma indústria pesada e infraestrutura relevante, facilitando o desenvolvimento visado pelos governantes.

Além de uma estrutura produtiva pró-indústria e com bases mais sólidas de infraestrutura, o governo de Mao deixou um importante legado no ponto de vista do capital humano, a despeito das tragédias socioeconômicas vividas tanto no GSA quanto na Revolução Cultural (1966-1976). O acesso provisionado aos trabalhadores do setor industrial a serviços como à educação, saúde, moradia, entre tantos outros, entregou à China uma elevação forte na expectativa de vida, saindo de 42,2 anos em 1952 para 66.4 anos em 1978 (Brandt e Rawski, 2008). Além disso, o nível educacional da população trabalhadora também cresceu relevantemente, com o percentual de trabalhadores sem qualquer grau escolar saindo de 74% para 40% (Brandt e Rawski, 2008). A economia chinesa, após a morte de Mao Zedong, ainda observava taxas de consumo de calorias abaixo da média mundial (Riskin, 1987), sendo este, talvez, o maior desafio a ser enfrentado pelo governo posterior. Crescimentos de PIB e PIB *per capita* também foram bastante expressivos ao longo deste período, conforme detalhar-se-á posteriormente.

Neste sentido, vale trazer uma citação de Popov (2014, p. 82), antecipando a próxima subseção, em que o autor resume a importância do regime de Mao Zedong para o período posterior:

As pré-condições para o sucesso chinês nos últimos 30 anos foram criadas principalmente no período anterior, entre 1949 e 1976. Na verdade, não seria nenhum exagero afirmar que, sem as conquistas do regime de Mao, as reformas de mercado de 1979 (e além) nunca teriam produzido os resultados impressionantes que foram observados. Neste sentido, a liberalização econômica em 1979 e depois foi apenas a cereja do bolo [tradução minha em uma expressão da língua inglesa que possui o mesmo significado conotativo]. Os outros ingredientes, entre eles as fortes instituições estatais e o capital humano já tinham sido proporcionados pelo regime anterior. Sem isso, a liberalização por si só, conforme observado em outros países e outros períodos, nunca teve sucesso, e tem sido contraproducente. (tradução minha)

### 3.2 REFORMA E ABERTURA: LIDERANÇA DE DENG XIAOPING

A literatura sobre a história econômica chinesa denota ao período denominado de Reforma e Abertura como um marco importante, tanto para a China quanto para o

restante do mundo. Dada a devida importância ao período anterior, um período de reforma não se inicia se não são identificados problemas no modelo antes praticado. Segundo Riskin (1987, p. 7), parte deste problema, principalmente na indústria, era dado pela descentralização desorientada, em que os sistemas hierárquicos de dominância entre os poderes locais e os poderes nacionais não eram claros. Nas palavras do autor, “A China ficou entre dois caminhos polarizados – a centralização rígida e uma caótica descentralização administrativa (Riskin, 1987, p. 7, tradução minha). No campo macroeconômico, o governo buscou reorientação dos seus investimentos, retirando o pé do acelerador do investimento em FBCF da indústria pesada, e realocando os recursos na indústria leve, no fomento ao consumo da população e na agricultura, visando suprir os déficits alimentares deixados como legado tanto do GSA quanto da Revolução Cultural (Riskin, 1987). A seguir, serão expostos brevemente os temas relacionados às mudanças nas políticas relacionadas à indústria e à agricultura no período que seguiu até a entrada da China na OMC em 2001.

### **3.2.1 Reforma: Indústria e Agricultura**

A reforma no setor industrial passou por dois grandes períodos (Brandt, Rawski e Sutton, 2008): a primeira parte, que dura até mais ou menos 1990, teve como foco principal um crescimento dos mecanismos de mercado nos fluxos de insumos ao longo da cadeia produtiva (tais como uma maior autonomia nas decisões empresariais para os gerentes das firmas e uma volta gradual à existência de um mecanismo de preços que possuiu um grau de influência relevante nos mecanismos de oferta e demanda), reduzindo a força do Estado neste processo. A segunda parte, que se iniciou na metade da década de 1990, teve como foco a reestruturação da indústria chinesa por completo, com algumas demissões em massa e extinção de empresas estatais com funções duplicadas dentro da economia.

As mudanças executadas durante a reforma tiveram impacto econômico positivo. Segundo dados do Banco Mundial, entre 1980 e 1995, a indústria chinesa cresceu, em média, mais de 12% ao ano, mantendo um nível elevado de crescimento que foi observado ao longo do período de vigência do governo Mao (World Bank, 2023b).

Conforme Brandt, Rawski e Sutton (2008), a participação das empresas estatais na produção industrial caiu de 78% para 34%, entre 1978 e 1995. Aqui, a combinação de dois fatores é essencial para a compreensão deste processo: o crescimento das TVEs, pequenas empresas comandadas por governos locais, (avançando no processo de descentralização efetivo comentado na seção anterior) e a introdução de uma política favorável ao IED, abrindo o setor produtivo, gradualmente, ao setor externo (principalmente via Zonas Econômicas Exclusivas, para detalhes, ver Wang (2005)), reduzindo a participação das empresas privadas (alguns autores afirmam que, antes da década de 1990, esta parcela era ínfima, crescendo a partir de 1990, ver Popov (2014)). Com o passar do tempo, as companhias estrangeiras utilizaram-se de alguns mecanismos favoráveis existentes na economia chinesa (decorrentes dos aspectos da economia planificada) para aumentar sua competitividade no mercado interno, forçando privatizações de empresas antes estatais (processo concretizado na ideia de transformar a China em uma economia Socialista de Mercado, conforme Lee (2022)).

O governo chinês, ao longo do período da Reforma e Abertura, buscou atuar na criação de um mercado interno para bens de consumo, matéria pouco trabalhada pelo regime anterior. A participação da indústria leve cresceu frente aos bens de capital durante este período (Naughton, 1995), o que auxiliou este processo nas duas pontas (oferta e demanda).

No lado da agricultura, o sistema das comunas foi gradualmente desfeito. Inicialmente, as comunas ganharam maior autonomia na negociação das culturas produzidas, aumentando a integração espontânea entre os eixos rural e urbano da economia. É neste seio que, à medida que os setores ganham dinamismo, as comunas são desmanteladas para apresentarem controle por governos locais e, eventualmente, controle privado, criando-se, assim, as antes descritas TVEs, que consistem em um marco na industrialização da agricultura chinesa, que diminuíram drasticamente os déficits alimentares vividos ao longo do período Mao (Masiero, 2006). Essas entidades cresceram muito ao longo do período da Reforma e Abertura, devido a diversos aspectos relacionados à lucratividade, disponibilidade de capital e baixos impostos sobre a indústria rural (Naughton, 1995).

Pode-se resumir o processo de reforma aplicado pelo governo de Deng Xiaoping como uma reorientação econômica. Aproveitando-se de uma infraestrutura herdada do período anterior, a reforma foi feita com o intuito de reduzir a ingerência do Estado no processo (ainda que gradualmente), aumentando a autonomia da gerência das companhias, efetivando o processo de descentralização, crescendo o papel das forças de mercado, ainda que tal processo tenha ocorrido sob tutela do governo chinês.

### 3.3 INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL: A ECONOMIA CHINESA NO SÉCULO XXI

O legado deixado pelo governo de Mao e pelas reformas de Deng pavimentou um caminho para a integração da China para com o restante do mundo, processo que segue até os dias de hoje. Este fluxo passa por uma integração comercial intensa, com abertura das contas externas chinesas ao investimento externo (ainda que controlado) e uma guinada de *catching up* tecnológico importante para as suas relações internacionais, culminando com uma projeção externa na esfera de influência internacional, representada pelo lançamento da *Belt and Road Initiative* (BRI) em 2013.

#### 3.3.1 Entrada na OMC e ascensão comercial

O século XXI se inicia para a China com um grande marco para sua história econômica: a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu em 2001. Este acontecimento impulsionou um processo de integração comercial iniciado em meados da década de 1990. Com a gradual abertura da economia chinesa ao IED (principalmente via as ZEE) e o aumento da competitividade do setor industrial chinês, as exportações já vinham crescendo desde o final da década de 1980, partindo de menos de 6% do PIB em 1980 para mais de 20% em 2001. Entretanto, em 2006, este número já se encontrava em mais de 36% do PIB, com uma queda para o nível de 20% novamente após a crise de 2008, ainda que esta queda nunca tenha feito com que a representatividade das exportações voltasse aos níveis pré entrada na OMC (World Bank, 2023c). Além do crescimento do volume das

exportações chinesas, é necessário ressaltar a mudança na sua pauta exportadora: conforme ilustrado na Figura 3, em meados da década de 1980, a pauta exportadora chinesa era baseada em produtos primários, recursos naturais e bens de baixa tecnologia. As mudanças estruturais desenvolvidas ao longo dos governos Deng e Mao levaram a uma repaginação completa, deslocando o centro produtivo chinês para os bens tecnológicos, com ascensão notável dos produtos de média e alta tecnologia, tomando o espaço que antes pertencia àqueles bens de menor valor agregado. Reativando a discussão do capítulo 2, é possível notar uma vantagem comparativa no sistema centro-periferia aqui, dado que mais de 50% das exportações chinesas em 2005 eram baseadas em bens com maior elasticidade-renda.

**Figura 3 - Evolução da pauta exportadora da China entre 1985 e 2005**

Ano	Produtos primários	Baseados em recursos naturais	Baixa tecnologia	Média tecnologia	Alta tecnologia
1985	35,1%	13,5%	39,8%	7,7%	2,6%
1987	25,1%	10,3%	47,4%	11,3%	4,4%
1989	17,9%	8,4%	51,2%	14,7%	6,7%
1991	12,9%	7,3%	55,8%	15,2%	7,9%
1993	9,9%	6,4%	57,1%	15,4%	10,4%
1995	7,5%	6,8%	53,6%	16,9%	14,2%
1997	6,4%	6,6%	51,2%	17,0%	17,8%
1999	5,4%	6,3%	48,5%	17,2%	21,5%
2001	4,9%	6,2%	45,6%	17,9%	24,4%
2003	4,3%	6,1%	42,5%	18,5%	27,5%
2005	4,4%	8,3%	31,5%	22,0%	33,2%

**Fonte:** Cunha e Xavier (2010)

De acordo com Branstetter e Lardy (2008), a entrada de IED através da programas de benefícios fiscais em ZEE (e suas posteriores modalidades voltadas para produtos orientados à exportação e de alta tecnologia) foram essenciais tanto para o crescimento das exportações quanto para a diversificação da sua matriz exportadora. Cunha e Xavier (2010) chamam a atenção para a importância da diversificação de parceiros comerciais da China neste período, com sucessivos superávits comerciais contra países desenvolvidos (como os EUA e União Europeia), resultado do aumento da relevância dos bens de média e alta tecnologia nas exportações chinesas.

A literatura a respeito do desempenho econômico chinês dos últimos 30 anos atribui a performance a uma série de mudanças graduais ocorridas ao longo do período. Conforme Dantas e Jabbour (2017), o número de empresas estatais caiu drasticamente entre 1998 e 2007, saindo de uma representatividade no número de empresas na China de 39,2% para 6,1%, enquanto as empresas puramente privadas saltaram de 6,5% para 52,6% (o saldo é composto pelas sociedades mistas). A forte competição das estatais chinesas com a emergência das TVEs ao longo das décadas de 1980 e 1990 fez com que inúmeras empresas detidas pelo governo fossem deficitárias no início do século XXI, levando a vendas e declarações de falências (LEE, 2022). Dantas e Jabbour (2017) explicitam que, apesar do crescimento das forças de mercado na economia chinesa, o Estado teve papel fundamental para que este processo ocorresse de maneira parcimoniosa. Neste sentido, o governo chinês manteve o controle, ao menos inicialmente, sobre empresas consideradas estratégicas, como infraestrutura e bens de consumo duráveis (automóveis), além do setor financeiro, renunciando à participação (ou a diminuindo) nos outros setores produtivos. Alguns autores atribuem, também, a ocorrência destas reformas à própria entrada da China na OMC, sendo algumas medidas exigidas pela organização para que o país fizesse parte da organização. A performance chinesa ao longo da primeira década do século XXI permitiu ao país acumular reservas internacionais em uma magnitude não antes vista, saindo de cerca de 170 bilhões de dólares em 2000 para mais pouco menos de 3 trilhões de dólares em 2010 (World Bank, 2023d) resultando em uma posição credora para com o restante do mundo (Cintra e Filho, 2015, p. 426).

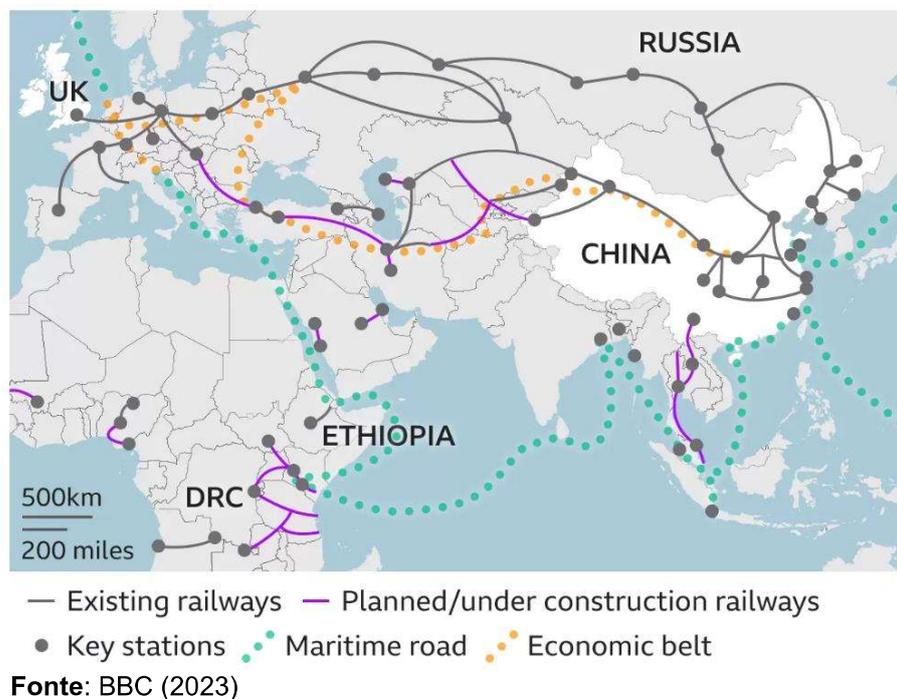
O resultado econômico para a população chinesa foi visível. Observando os dados de PIB per capita, percebe-se um crescimento relevante entre 2000 e 2010, saindo de menos de 3 mil dólares para mais de 9 mil dólares (World Bank, 2023e), enquanto o PIB total cresceu, em média, mais de 10% ao ano neste período (World Bano, 2023a) (vale ressaltar que, no ano de 2008, em meio à Grande Crise Financeira, a economia chinesa cresceu mais de 9%).

### 3.3.2 China credora: “Nova Rota da Seda” e além

Ao longo da última década, o desenvolvimento econômico chinês seguiu em toada semelhante aos períodos anteriores. A economia chinesa segue com uma alta participação de investimentos como parcela de seu produto, combinando com um leve crescimento do consumo das famílias e forte crescimento do setor de serviços no PIB (saindo de 44,2% para cerca de 54% entre 2010 e 2021) (World Bank, 2023f). O que chama a atenção é o crescimento de iniciativas de integração externa da China para com o restante do mundo, além da sua performance (pública e privada) neste período mais recente.

Um dos grandes marcos econômicos para a China ao longo da última década é a *Belt and Road Initiative* (BRI), a qual, de acordo com Conti, Peruffo e Prates (2021), possui o objetivo explícito de melhoria da infraestrutura que liga a China à Eurásia, investindo em diversos empreendimentos que visam criar uma “Nova Rota da Seda”, conforme ilustrado na figura 4:

**Figura 4 - Mapa ilustrativo da BRI**



Chan (2019) atribui o conceito da BRI como a tentativa de reintegração da Afro-Eurásia após o término de Guerra Fria, que gerou clima hostil entre diversas nações no mundo devido às diferenças ideológicas. Mas, é importante destacar que a China como carro-chefe deste projeto é representativa de diversas políticas econômicas do país que visam a sua integração, algo já bastante discutido ao longo das últimas seções. De acordo com Tsui et al. (2017), a participação da China na BRI deve incrementar a participação do país no comércio internacional, auxiliando também em um processo de internacionalização da moeda chinesa (renminbi, RMB), já que, neste cenário, a moeda pode ser o meio de troca extraoficial da BRI, reduzindo a dependência das nações que fazem parte da iniciativa com relação ao dólar americano (He, Liu e Yu, 2023).

Concomitantemente, Jenkins (2019) destaca o crescente papel da China como investidora internacional, com destaque para um canal de empréstimos para países em desenvolvimento maior do que os órgãos multilaterais tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial. Outra frente relevante de crescimento da China na sua importância para a economia mundial é a sua pujante participação em fóruns e instituições multilaterais, por exemplo, na inclusão do RMB como moeda integrante da cesta do FMI para o Direito Especial de Saque (IMF, 2016), bem como na criação de novas instituições, como o *New Development Bank* (NDB, conhecido como “Banco dos BRICS”), além de outros bancos regionais de desenvolvimento, como o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). Nesse sentido, a China trabalha, desde 2021, com uma política deliberada de *independence and self-reliance*, atuando em instituições paralelas, como o NDB ou o AIIB, além de atuar como financiador importante de países em desenvolvimento e ampliar sua capacidade de investimento direto em outros países, via fundos de investimento soberanos e outros instrumentos (Jenkins, 2019).

### 3.3.3. Um balanço da reforma e abertura no século XXI

As políticas econômicas internas do governo chinês, atualmente, seguem se baseando em reformas de abertura econômica realizadas gradualmente<sup>8</sup>, seguindo princípios estabelecidos desde 1979 por Deng Xiaoping. Ao longo da primeira década do século XXI, a China manteve políticas de taxa de juros e taxas de câmbio que envolviam forte intervenção do Estado.

Durante muito tempo (desde 1994), a política cambial chinesa se resumiu à manutenção de uma taxa fixa de cerca de 8,3 RMB por dólar americano. Este cenário perdurou até 2005, e era possível dado forte controle da conta financeira aplicado pelo governo chinês, gerando mais estabilidade para os movimentos de capital externos do país, combinados ao acúmulo de reservas internacionais discutido nas seções anteriores. A política da taxa fixa teve papel fundamental no ganho de competitividade dos preços dos produtos industrializados chineses frente ao restante do mundo (Morais, 2015, p. 61). Entretanto, gradualmente os controles vêm sendo relaxados, passando por sistemas que permitiam a flutuação entre bandas (cada vez mais largas), chegando a, em 2014, iniciar um processo de apreciação controlada da moeda chinesa frente ao dólar (Cintra e Filho, 2015). Entretanto, após 2015, a política cambial chinesa passa por mais um processo de liberalização, seguindo uma visão onde os mecanismos de mercado deveriam basear as decisões de alocação de recursos, reduzindo o controle do governo sobre esta variável macroeconômica (Chen e Zhang, 2023).

Outra variável afetada pelas reformas liberalizantes é a taxa de juros e, para entender a magnitude destes pontos, é necessário descrever brevemente o sistema financeiro interno chinês. Uma frase de Cintra e Filho (2015, p. 446) auxilia na ilustração deste sistema:

Rigorosamente, os bancos chineses não são centros de lucro, mas instituições de serviço público ampliado que tendem a subordinar os resultados financeiros às metas de desenvolvimento, privilegiando a preservação e a propulsão de todo o sistema socioeconômico.

---

<sup>8</sup> O conceito do gradualismo é enfatizado na literatura acerca das reformas chinesas. Ver Riskin (1987) e Conti, Peruffo e Prates (2021).

Cinco bancos estatais capitaneiam a base do crédito da economia chinesa: Banco Agrícola da China (Agricultural Bank of China), Banco da China (Bank of China), Banco de Construção da China (China Construction Bank), Banco Industrial e Comercial da China (Industrial and Commercial Bank of China) e Banco das Comunicações da China (China Bank of Communications). Destes, todos se encontram entre as 60 maiores empresas do mundo, de acordo com o ranking da Forbes (2023), sendo que 4 estão entre as 12 maiores. O sistema financeiro chinês, de acordo com Cintra e Filho (2015) se caracteriza por um *state-dominated financial system*, dado que a maior parte das instituições são controladas pelo Estado. Apesar disso, concomitantemente às reformas das décadas de 1990, os bancos iniciaram captação de recursos estrangeiros com foco em investidores estratégicos, notadamente, bancos internacionais de grande porte, permitindo a estas instituições aportes fundamentais de recursos para suas pretensões nacionais. Alguns bancos abriram capital na bolsa de Hong Kong, visando, também, a atração de investidores internacionais. Apesar disso, autores definem o sistema bancário chinês como o “maior do mundo em total de ativos, apesar de seu foco essencialmente doméstico” (Hooley, 2013).

Este controle estatal sobre o sistema financeiro se materializa na política de taxa de juros chinesa, estipulando pisos para empréstimos e tetos para taxas de juros em depósitos bancários, evitando a fuga para a liquidez. Entretanto, em 2014, seguindo na linha da liberalização econômica, o governo chinês anunciou o fim dos tetos para as taxas de juros de domésticos, visualizando um passo importante em direção às “taxas de juros de mercado” (Cintra e Filho, 2015).

### 3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, buscou-se descrever a história econômica recente da China, com enfoque no seu desenvolvimento econômico e suas principais nuances. Os pontos que necessitam de maior destaque para a discussão do próximo capítulo são aqueles relacionados às questões discutidas no segundo capítulo, onde trouxe-se à tona os

aspectos históricos e atuais do arcabouço centro-periferia. Desta forma, destaca-se o forte investimento em capital fixo da economia chinesa nos primeiros anos após a revolução de 1949, com foco na indústria pesada, seguido de uma diversificação do eixo produtivo da economia chinesa e uma liberalização econômica gradual, sempre conduzida com a mão do PCCh. A partir desta percepção, é possível discutir a evolução histórica de algumas variáveis relevantes para compreender o papel que o arcabouço teórico centro-periferia possui para o entendimento do papel da China na dinâmica econômica internacional atual.

## 4 CHINA: CENTRO OU PERIFERIA?

Neste capítulo, será conduzida uma análise quantitativa com o intuito de compreender a posição da China na dinâmica internacional, se centro ou periferia, conforme o arcabouço teórico da CEPAL. Para isso, é necessário ressaltar o tamanho da economia chinesa atual, que desde 2016 é a maior do mundo (World Bank, 2023g). O capítulo está dividido em três seções, em que serão abordados os aspectos das dimensões produtivas, monetário-financeiras e socioeconômicas, respectivamente, além de uma seção com as considerações parciais do capítulo.

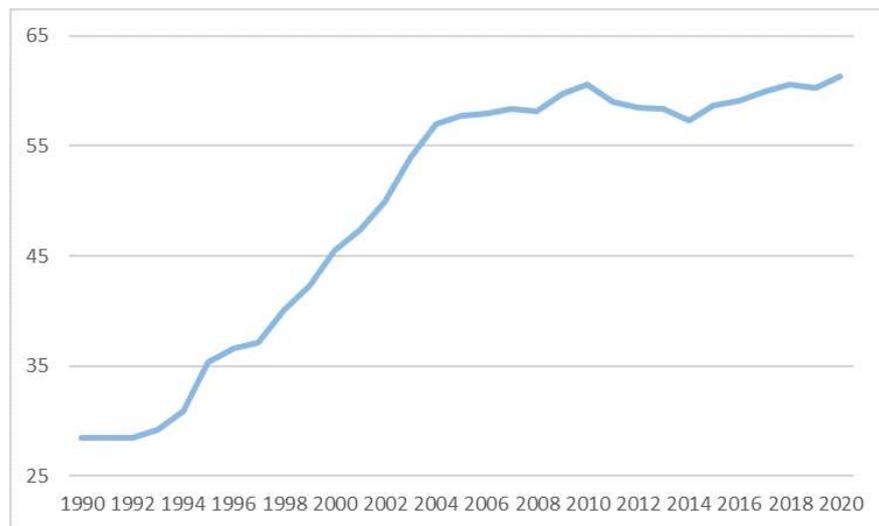
### 4.1 DIMENSÃO PRODUTIVA

Esta seção dedicar-se-á a expor como a China se encontra em termos das dificuldades de desenvolvimento dos países periféricos ao longo do capítulo 2, com foco nas dimensões produtivas. Conforme discutido, as mudanças estruturais ocorridas ao longo das últimas décadas levaram a um deslocamento dos centros produtivos mundiais. De acordo com autores como Oliveira (2020) e Tigre (2005), o desenvolvimento das CGVs e a relevância cada vez maior dos setores de serviços situaram as etapas produtivas onde se geram os ativos intangíveis estratégicos para as firmas nos centros. Ou seja, as etapas pré e pós-produção, que exigem maior concentração tecnológica e disponibilidade de capital humano em abundância. Com esta pano de fundo, é pertinente avaliar-se a pauta exportadora chinesa, como fora feito no capítulo 3, mas atualizando os dados até 2020 e observando um comparativo com uma amostra de países considerados centrais.

O gráfico 1 abaixo ilustra a parcela (% do todo) das exportações de manufaturas da China que se caracterizam como produtos de média e alta tecnologia. É possível perceber que a elevação deste nível entre 1990 e 2006 fora relevante, diminuindo o ritmo de crescimento após este período, mas ainda mantendo em marcha crescente. Em 2020, este dado se encontrava acima dos 60%. Este dado indica a redução da heterogeneidade estrutural chinesa ao longo das últimas décadas, resultado das políticas econômicas de fortes investimentos (públicos e privados). Conforme discutido

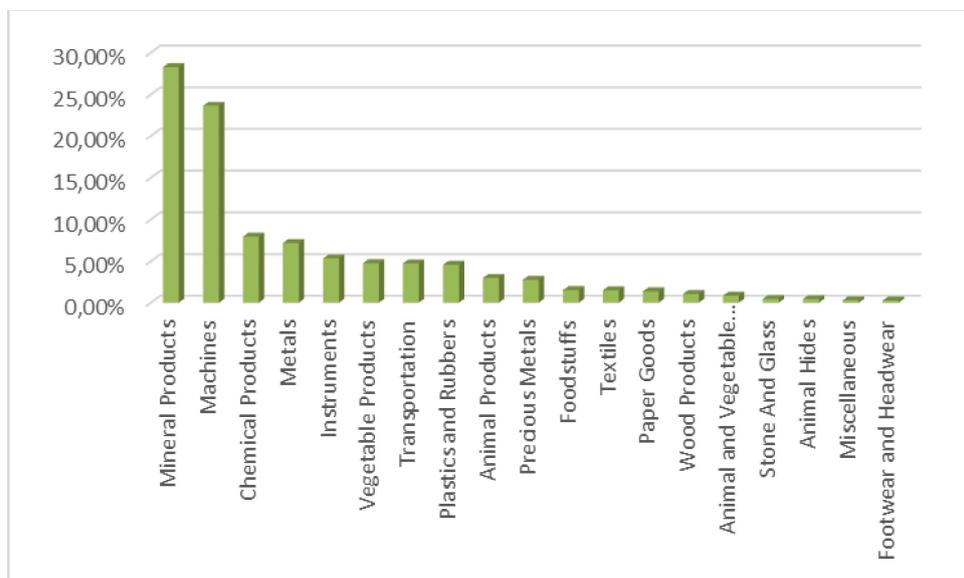
anteriormente, Ocampo (2001) e Porcile (2021) demonstram que o problema da industrialização em países periféricos se dava pela necessidade da importação de bens de capital (média e alta tecnologia), enquanto sua matriz exportadora ainda era baseada em produtos de baixa elasticidade-renda, levando ao estrangulamento externo. O que é possível perceber, o gráfico 2 (ambos abaixo), é que não somente a matriz exportadora chinesa é favorável para o seu fortalecimento externo, mas também sua matriz importadora, que é composta, em grande medida, por bens primários. A tabela 1 aprofunda a exceção à esta regra (que não é desprezível), com alguns bens de alta tecnologia que apresentam forte grau de concentração produtiva em outros países, principalmente Taiwan<sup>9</sup>. É o caso dos circuitos integrados e semicondutores, essenciais para a produção de eletrônicos. Neste caso, iniciativas mais recentes já demonstram estratégias chinesas que visam quebrar esta concentração de mercado (Allen, 2023).

**Gráfico 1** - Parcela das exportações de manufatura em produtos de média e alta tecnologia (China)



Fonte: World Bank (2023h)

<sup>9</sup> Uma parcela da literatura atribui a tensão geopolítica entre a China e Taiwan não somente à uma questão territorial ou histórica, mas de poder tecnológico. Ver Shattuck (2021).

**Gráfico 2 - Matriz importadora chinesa de 2021**

**Fonte:** elaboração própria a partir do OEC (2023b)

**Tabela 1 - Percentual das importações chinesas na subcategoria *machines***

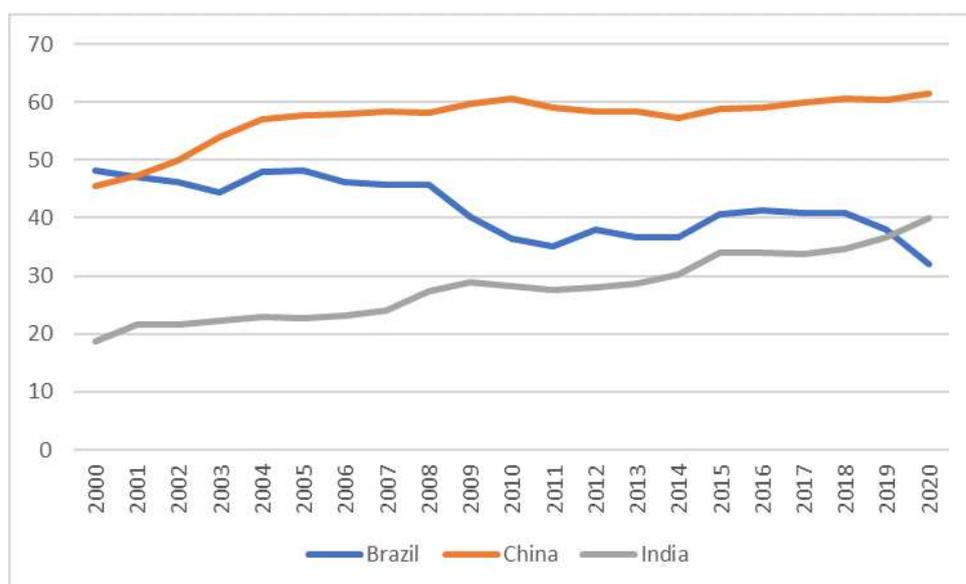
Integrated Circuits	37%
Machinery Having Individual Functions	6%
Telephones	5%
Office Machine Parts	4%
Gas Turbines	3%
Semiconductor Devices	3%
Others (+ 125)	43%

**Fonte:** elaboração própria a partir da OEC (2023b).

Para fins de comparativo, construiu-se os gráficos 3 e 4. O gráfico 3 reúne uma amostra de países classicamente classificados como periféricos, China, Brasil e Índia, e defronta seus números de exportação em bens de média e alta tecnologia. Neste comparativo, é notável a diferença que a China possui para com a amostra de países periféricos escolhida, conquanto a China possuísse nível inferior ao Brasil no início do século XXI, o que, de alguma forma, demonstra sucesso nas políticas econômicas de

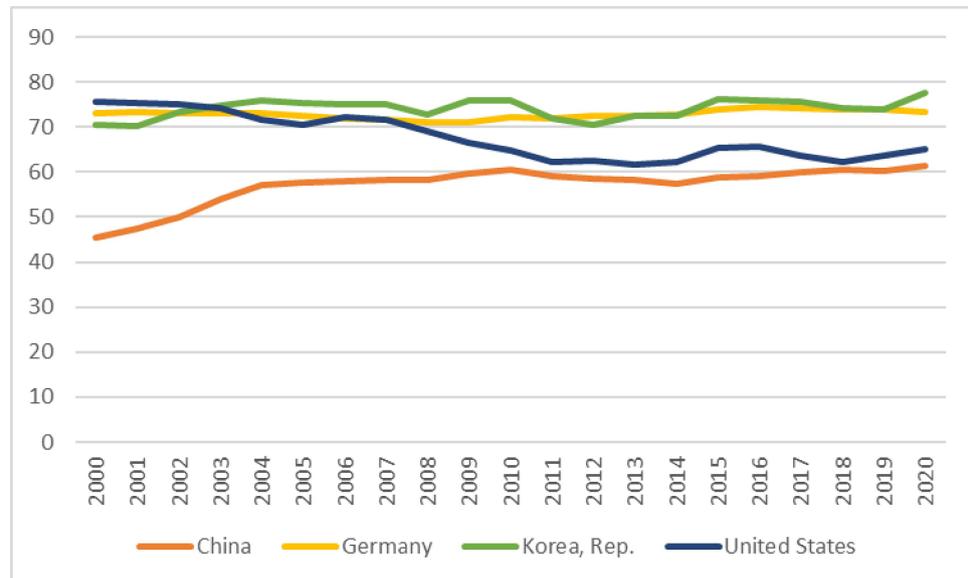
desenvolvimento tecnológico e produtivo. Entretanto, ao comparar o mesmo dado com uma amostra de países centrais (e com reputação de alto desenvolvimento tecnológico), nota-se que a China, apesar do crescimento da variável, ainda permanece atrás de países como os EUA, Coreia do Sul e Alemanha. Ainda assim, vale ressaltar que a sua diferença para os países periféricos analisados é bem maior do que a diferença encontrada para alguns dos países centrais.

**Gráfico 3** - Exportações de manufatura em produtos de média e alta tecnologia (amostra de países periféricos)



Fonte: World Bank (2023i)

**Gráfico 4** - Exportações de manufatura em produtos de média e alta tecnologia (amostra de países centrais)



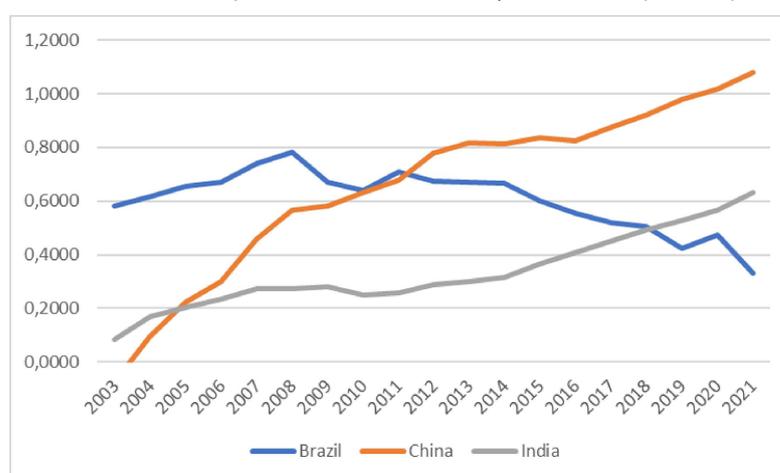
Fonte: World Bank (2023i)

Na relação mais direta com o arcabouço teórico centro-periferia clássico, é possível relacionar as políticas (e seus resultados) chinesas com alguns dos textos e autores clássicos da corrente de pensamento encabeçada pela CEPAL. Ocampo (2001) destaca no ideal de Prebisch a importância que a matriz exportadora possui na dependência e na dificuldade do processo de desenvolvimento vivido pelas nações periféricas. Neste sentido, a China tem avançado de maneira substancial no sentido da diversificação da sua produção, atingindo uma composição de exportações favorável à autonomia no desenvolvimento, comparável à de países considerados como desenvolvidos.

A China tem rompido barreiras na complexidade econômica de maneira concomitante. Os dados do ICE demonstram que a pauta produtiva chinesa tem ganhado camadas de profundidade antes não vistas, descolando de seus pares periféricos e buscando níveis de países considerados desenvolvidos. Ao analisar o ranking atual do ICE, nota-se que a China ainda não se encontra entre os 20 primeiros colocados (OEC, 2023c), mas sua trajetória de crescimento no índice é notória e coerente com a diversificação de sua matriz exportadora. O gráfico 5 traz a mesma amostra de países periféricos utilizada nas análises anteriores e compara a evolução

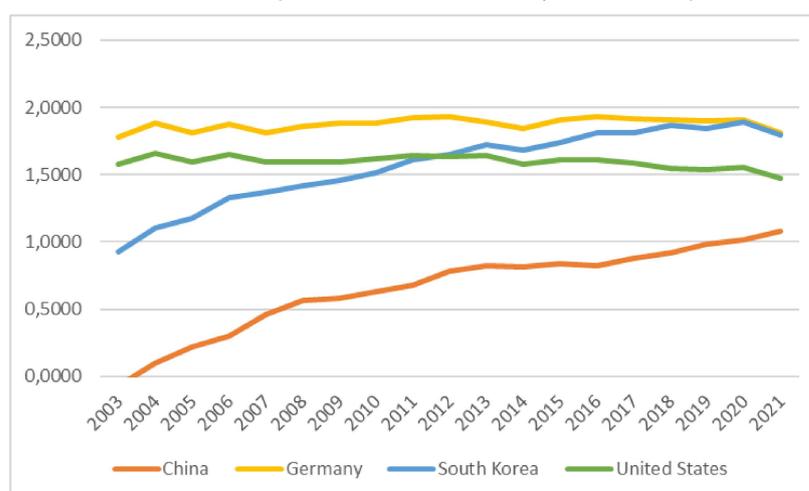
histórica do ICE destas nações. É necessário destacar a evolução ascendente do ICE chinês em comparação aos outros dois países periféricos escolhidos. A Índia também possui tendência ascendente, entretanto, possui valor absoluto consideravelmente menor. O gráfico 6 busca novamente a amostra de países centrais observada anteriormente e coloca em perspectiva seus ICEs com o chinês. A trajetória ascendente chinesa se destaca em meio às trajetórias constantes da amostra central, com a devida ressalva na ainda grande diferença que é encontrada nos valores absolutos deste índice, com a China estando um passo atrás.

**Gráfico 5** - Índice de complexidade econômica (amostra de países periféricos)



Fonte: OEC (2023c)

**Gráfico 6** - Índice de complexidade econômica (amostra de países centrais)

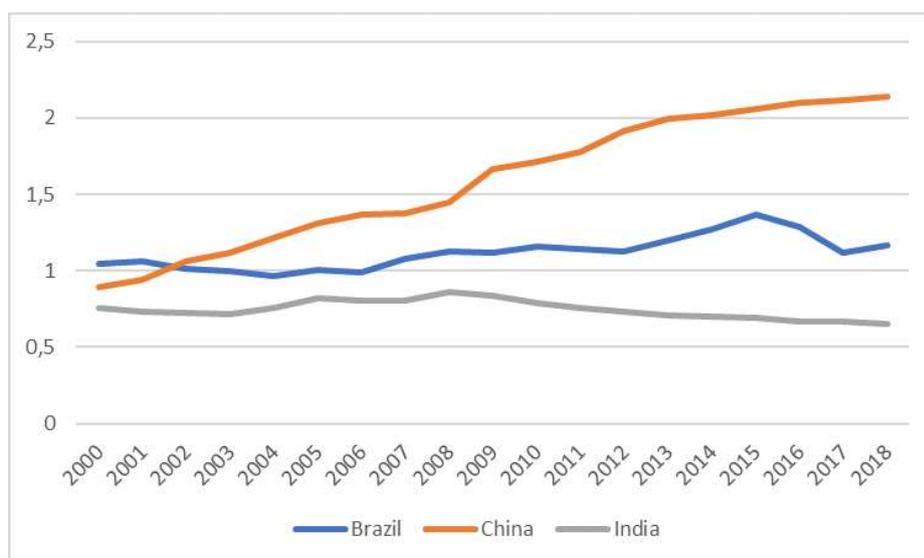


Fonte: OEC (2023c)

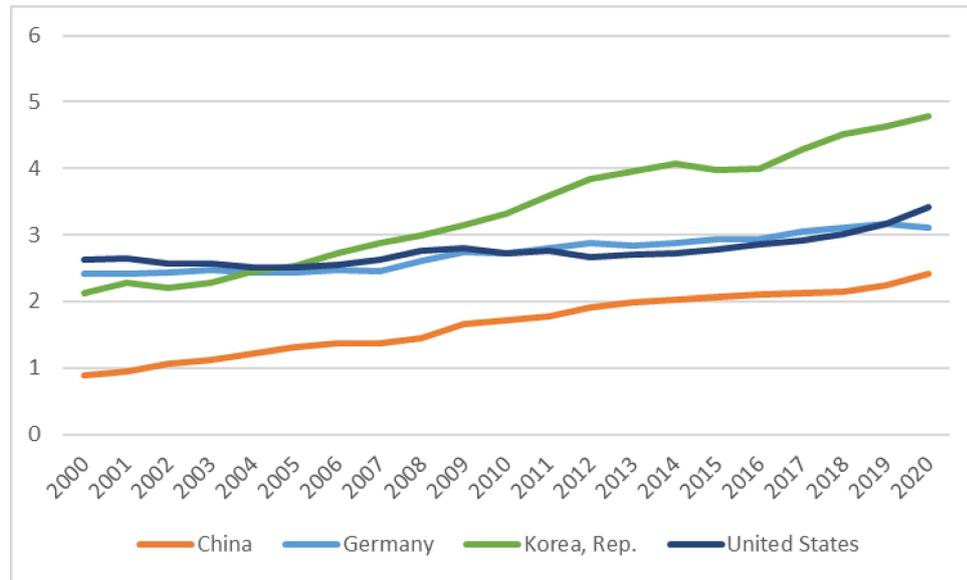
Nesta linha, é possível revisitar em Oliveira (2020) a mudança ocorrida ao longo das últimas décadas no que diz respeito às cadeias de produção globais. Mais precisamente, refere-se aqui o fato de que os centros produtivos globais têm concentrado cada vez mais as atividades responsáveis pela aquisição de ativos intangíveis estratégicos, com foco em centros de inovação e nas etapas consideradas à montante e à jusante do processo produtivo (pré e pós-produção). Neste sentido, é importante destacar a trajetória de crescimento que os gastos em P&D (em função do PIB) da China. O gráfico 7 traz a mesma amostra de países emergentes observada nas outras análises desta seção. Novamente, observa-se uma trajetória bastante diferente da economia chinesa em comparação a alguns países periféricos, alcançando níveis superiores a 2% do PIB e tendência ascendente de acordo com o gráfico. O mesmo padrão não se observa nas outras duas economias utilizadas para a amostra de países periféricos, em que não é visualizado nível próximo a 2% do PIB em investimentos em P&D, tampouco é possível conceber uma trajetória ascendente.

O gráfico 8 visa analisar a mesma variável, mas com enfoque na amostra de países centrais utilizada nos outros comparativos realizados ao longo desta seção. Apesar da trajetória ascendente, a China ainda fica longe de apresentar níveis próximos aos países centrais analisados.

**Gráfico 7** - Investimento em P&D como percentual do PIB (amostra de países periféricos)



Fonte: World Bank (2023j)

**Gráfico 8** - Investimento em P&D como percentual do PIB (amostra de países centrais)

Fonte: World Bank (2023j)

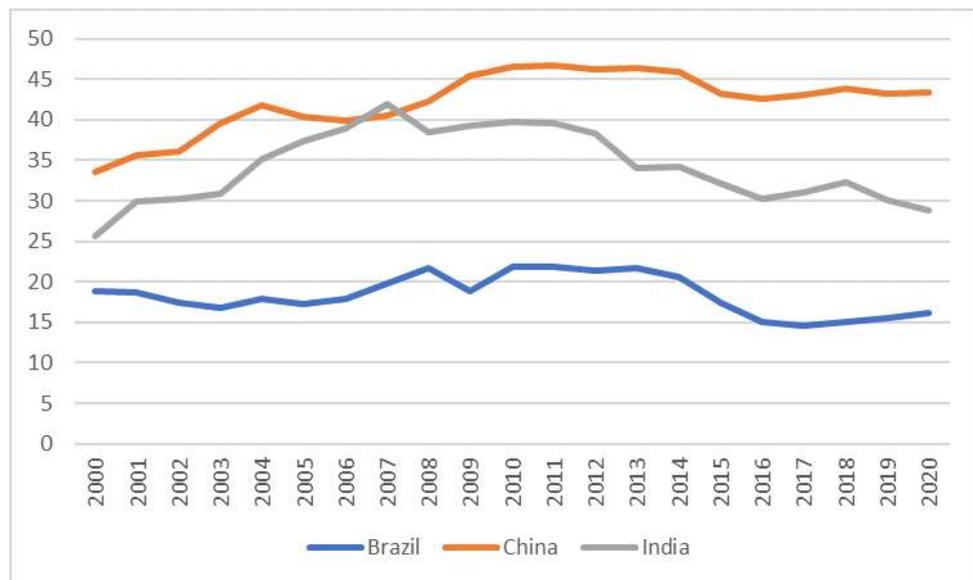
Ao longo do capítulo 2, a heterogeneidade estrutural foi apresentada como uma das condições latentes dos países periféricos. Sendo assim, pode-se entendê-la como um dos principais desafios a serem superados pelos países desta condição referida. Conforme discutido ao longo do capítulo 3, até o início do processo de Reforma e Abertura, iniciado no início da década de 1980, a China apresentava um setor exportador tímido, com um modelo de crescimento voltado para o desenvolvimento interno. O governo de Mao Zedong insistiu no fomento à indústria pesada (ou de base) e na infraestrutura, buscando deslocar o centro produtor da economia do setor primário para o setor secundário, e o fez com alguns custos sociais na esfera da agricultura e da produção de alimentos<sup>10</sup>.

Alguns autores atribuem a esta base industrial criada por Mao Zedong um alicerce fundamental na política de diversificação produtiva e abertura aplicada por Deng Xiaoping ao longo do final do século XX, como Popov (2014) e Conti, Peruffo e Prates (2021). A evolução das TVEs, juntamente com o crescimento da participação do setor privado na economia, evidencia uma relevância importante do setor de formação de capital no PIB chinês. O gráfico 9 abaixo computa os dados de formação de capital

<sup>10</sup> Vide capítulo 3, seção 3.1.2.

(ou investimento) da mesma amostra de países periféricos utilizada na análise feita a partir da matriz exportadora. O resultado é semelhante: a China mantém um nível elevado de investimentos como parcela do seu PIB, não apenas de maneira absoluta, mas relativamente a seus pares periféricos. Pode-se derivar dois pontos relevantes a partir desta discussão. O primeiro deles diz respeito à igualdade entre Investimento e Poupança (Lerner, 1938). A despeito da falta de consenso a respeito deste axioma econômico na academia (ver Miller (1952)), assume-se que as duas variáveis são, ao menos, *proxy* uma da outra. Desta forma, um nível elevado de investimentos reduz, em alguma medida, o problema da escassez de poupança observada e proposta pelos economistas cepalinos clássicos. O segundo ponto é relativo à produtividade da economia, onde investimento em capital fixo tende a elevar esta variável da economia, outro problema proposto e evidenciado pela escola estruturalista latino-americana.

**Gráfico 9** - Investimento como participação do PIB (amostra de países periféricos)



Fonte: World Bank (2023k)

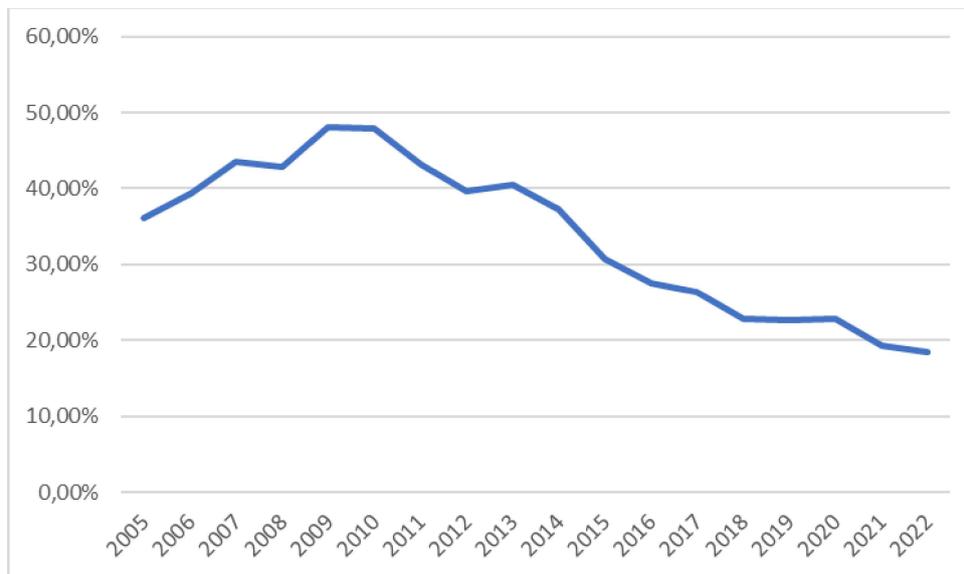
A visualização, através dos dados expostos nesta seção, do avanço chinês em direção a uma economia baseada na produção tecnológica, diversificação de sua matriz exportadora e formação de capital, quando relacionada ao segundo capítulo deste trabalho, permite o entendimento das ações de política econômica chinesa como uma maneira de reduzir as mazelas relacionadas à condição periférica. Estes fatores

abordam tanto a heterogeneidade estrutural quanto a vulnerabilidade externa e a escassez de poupança, através do aprofundamento das relações de produção chinesas com o exterior calcada em bens de alta tecnologia, com preços menos suscetíveis às variações globais de oferta e demanda (Ocampo, 2001).

## 4.2 DIMENSÕES MONETÁRIO-FINANCEIRAS DA CHINA

Ao observar os aspectos discutidos ao longo das seções anteriores, faz-se necessário abordar a dinâmica monetário-financeira das economias atuais para seu entendimento mais abrangente, principalmente quando é levado em consideração o arcabouço teórico centro-periferia atualizado. A seção 2.3.2 enfatiza o conceito da vulnerabilidade externa, que denota um problema vivenciado pelas economias periféricas ao redor do globo, passando pelas suas definições primordiais e abarcando os aspectos atuais também. Neste sentido, a existência de reservas internacionais, com o intuito de aumentar a solvência dos países para com seus devedores estrangeiros, exerce um papel fundamental nas definições clássicas de vulnerabilidade externa.

Após a chegada de Deng Xiaoping ao poder (1978), a China teve um padrão de produção interna favorável para sua balança comercial, baseada na matriz de exportação discutida na seção 4.1. Desta forma, foi possível um acúmulo de sucessivos superávits comerciais, que atingiram seu pico em meados da década de 2000 (World Bank, 2023) e possibilitaram ao país acumular reservas muito superiores ao seu nível de dívida externa (IMF, 2023a). O gráfico 10 evidencia estes números. No final da década de 2000, a China possuía um volume de reservas internacionais na ordem de 50% do seu PIB, o que permitiu ao país manter suas políticas cambiais e financeiras (Cintra e Filho, 2015) com o mínimo de interferência externa possível, mesmo com o crescente influxo de capitais ao redor do globo.

**Gráfico 10** - Reservas internacionais da China (% do PIB)

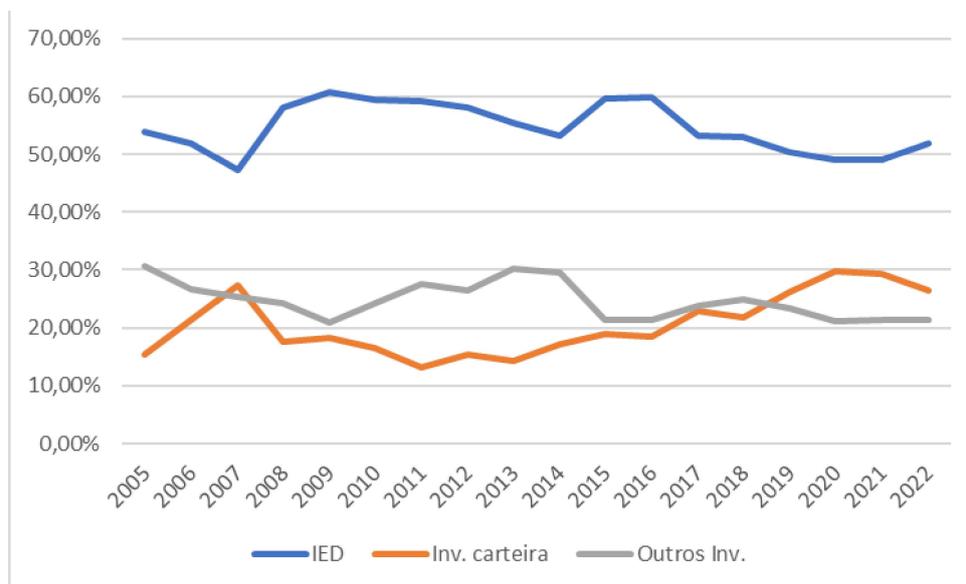
**Fonte:** elaboração própria a partir de IMF (2023a)

Este acúmulo de reservas foi essencial para a redução da vulnerabilidade externa chinesa, de maneira a evitar que quaisquer choques especulativos movessem os preços macroeconômicos (leia-se, juros e câmbio) para patamares diferentes daqueles buscados pelos governantes chineses. Desta maneira, a seletividade nos movimentos de capital para dentro da China permitiu ao país manter uma estratégia cambial favorável para alimentar seus superávits comerciais de maneira acelerada (conforme seção 3.3.2.2). Assim, conforme a definição inicial de vulnerabilidade externa, a China atingiu, via acúmulo de reservas e suas estratégias adjacentes (câmbio controlado e mobilidade de capitais restrita), uma condição confortável na sua relação financeira com o exterior, vigorando como uma das principais credoras mundiais (Time, 2023)

Outro aspecto analisado tendo em vista a vulnerabilidade externa dos países é o perfil do seu passivo externo. Conforme discutido na seção 3.3.1, a China iniciou um processo de abertura gradual ao exterior via IED, principalmente através das ZEEs, resultando em um perfil de passivo externo com proeminência de modalidades mais estáveis e menos suscetíveis aos movimentos de capital externo. Nota-se, no gráfico 11, que apesar da pequena elevação ocorrida nos Investimentos em Carteira nos

últimos anos, o passivo externo da China é composto majoritariamente de IED, o que teve (e ainda tem) um papel crucial não apenas na diminuição da vulnerabilidade externa, mas também na transferência tecnológica.

**Gráfico 11** - Composição do passivo da PII chinesa



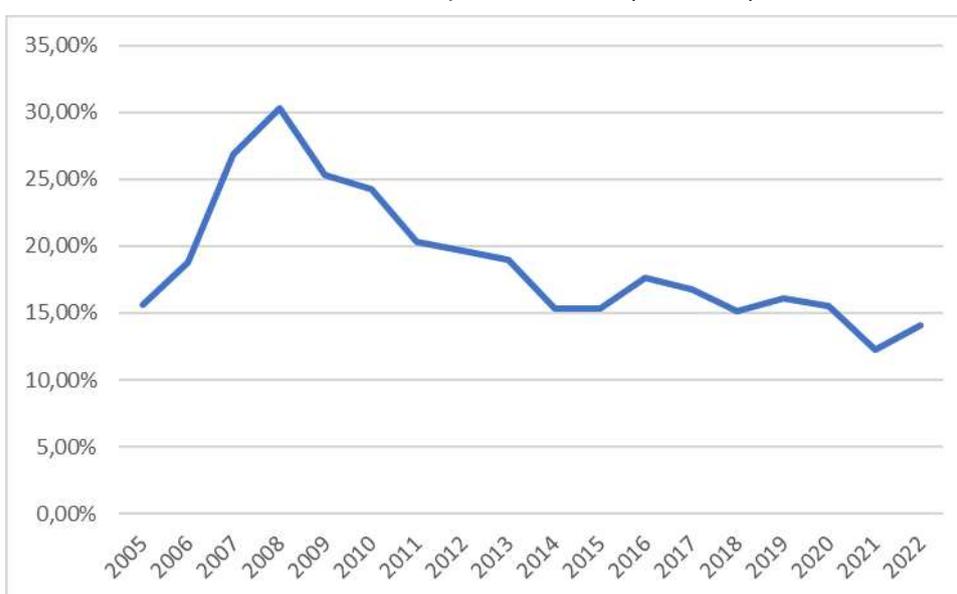
**Fonte:** International Monetary Fund (2023a)

Cunha, Peruffo e Silva (2021) analisam, sob o ponto de vista prático e teórico, a inserção das economias periféricas no mundo pautado pela globalização financeira. Analisando dados complementares ao perfil da PII, como a relação da taxa real de câmbio com variáveis que exprimem os ciclos financeiros ao redor do mundo, os autores demonstram que, no caso da China, a inserção financeira ficou subordinada ao projeto de desenvolvimento nacional do país, o que permitiu à China atingir níveis maiores de autonomia nas suas políticas domésticas em relação ao que está ocorrendo no mundo e, principalmente, aos fluxos de capital especulativos de investidores institucionais, maior que o Brasil, outro país periférico analisado no estudo citado.

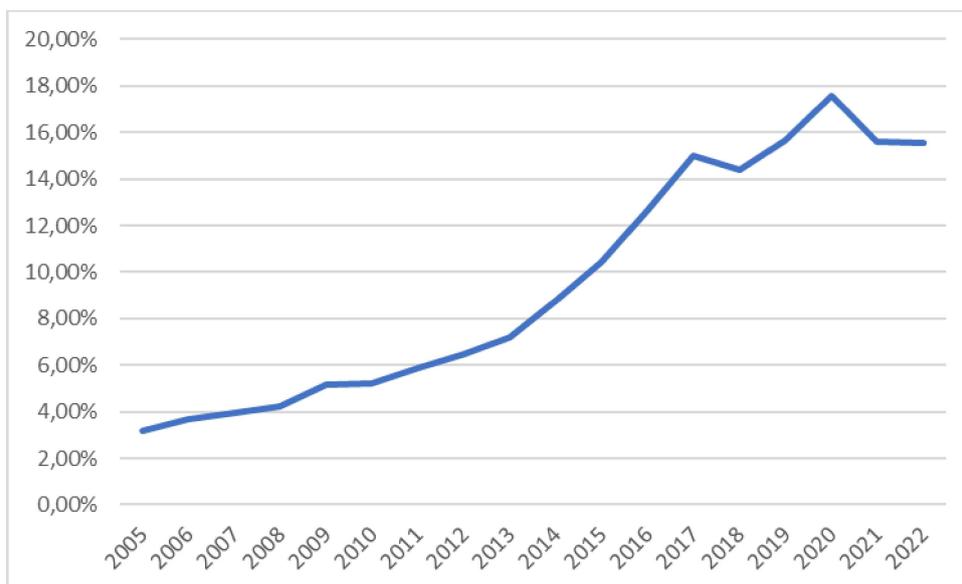
Do ponto de vista geral, a PII da China, que reflete o estoque de todas as contas externas do país-objeto em questão para com o mundo, é consistentemente positiva, conforme demonstra o gráfico 12 abaixo. Esta posição confortável permitiu à China diversificar sua parcela ativa da PII, reduzindo a parcela de reservas internacionais e progressivamente aumentando sua parcela de IED em outros países, possibilitando

iniciativas tais como a BRI, conforme o gráfico 13 abaixo. Du e Zhang (2018) observam que o IED chinês cresceu fortemente após o início formal da BRI, em 2013. A estratégia chinesa de crescimento do seu IED no exterior é mista, abrangendo países participantes ou não da iniciativa. Entretanto, de acordo com Du e Zhang (2018), boa parte destes investimentos se dá via modalidade de fusões ou aquisições de outras empresas já existentes, e não de modo *greenfield*. Em paralelo, o investimento nos setores de infraestrutura foi liderado pelas empresas estatais chinesas, enquanto aqueles setores fora da infraestrutura são liderados pelas empresas chinesas de propriedade privada.

**Gráfico 12 - PII líquida da China (% do PIB)**

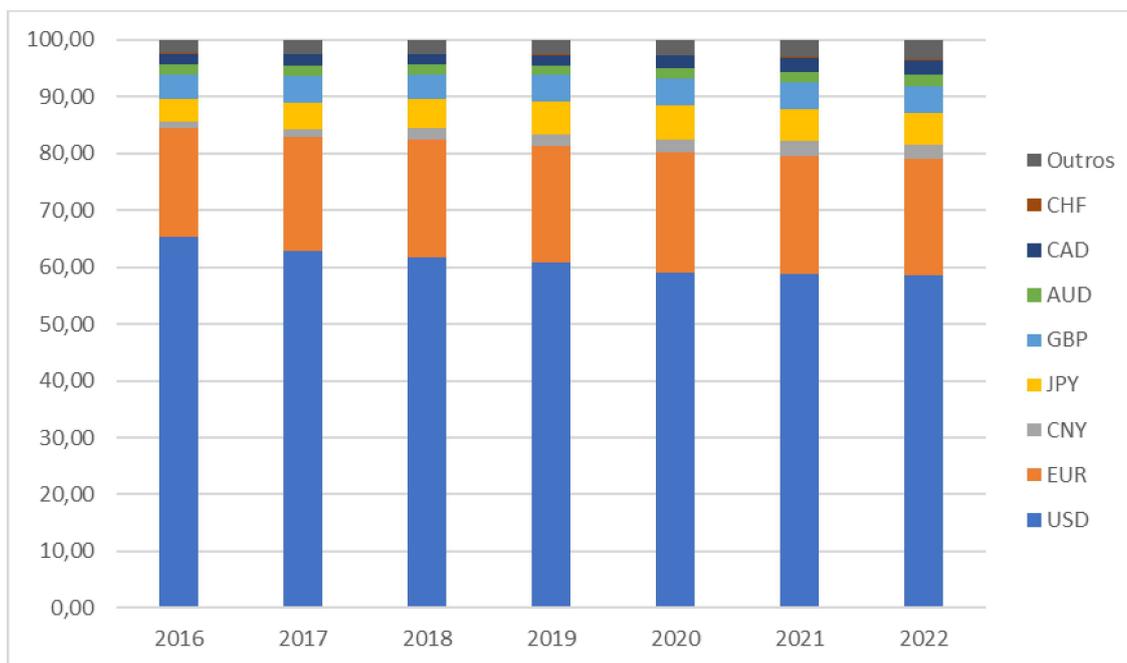


**Fonte:** elaboração própria a partir de IMF (2023a)

**Gráfico 13 - IED da China (% do PIB)**

**Fonte:** elaboração própria a partir de IMF (2023a)

Conforme discutido ao longo da seção 2.3.2, a hierarquia monetária também exerce função fundamental no sistema centro-periferia atual. Nesta linha, os aspectos abordados neste trabalho demonstram a trajetória de crescimento na relevância financeira internacional que a China passou a estabelecer em suas relações. Desta forma, a despeito da hegemonia clara do dólar americano e, em menor medida, do euro, os últimos anos foram marcados por um aumento do uso do RMB como reserva internacional por outros países, atingindo níveis comparáveis a outras moedas consideradas conversíveis, como o dólar australiano e o dólar canadense. O gráfico 14 ilustra esta informação, juntamente com a ainda relevante dominância do dólar e do euro.

**Gráfico 14 - Moedas utilizadas como reservas estrangeiras (%)**

Fonte: IMF (2023b)

Em paralelo, de acordo com o SWIFT, o RMB figura como a sexta principal moeda utilizada em pagamentos internacionais através do sistema (Statista, 2023). Apesar da colocação, vale ressaltar que o RMB atinge níveis de uso comparáveis a outras moedas consideradas centrais, tais como iene, dólar canadense, franco suíço, entre outras. Na mesma linha, em 2016, o FMI incluiu o RMB na cesta de moedas que compõe o Direito Especial de Saque (DES) (IMF, 2016). O órgão ainda ressaltou, à época, a relevância do ocorrido, dado que o RMB foi a primeira (e única) moeda adicionada ao DES desde o euro, em 1999 (após a substituição do franco francês e do marco alemão). Em 2022, na última revisão de pesos do DES, o RMB representava cerca de 12,3% da cesta, com expressão superior ao iene japonês e à libra esterlina (IMF, 2022). A estratégia de internacionalização do RMB caminha na direção do crescimento da estratégia BRI, visando tornar a moeda como meio de troca efetivo entre os países que participam da iniciativa.

Vale ressaltar que a redução da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente ao SMFI atual depende dos investimentos realizados por grandes investidores institucionais, como discutido na seção 2.2, no sentido em que a conversibilidade da

moeda tem relação com movimentos de *flight to quality* em momentos de crise, buscando maior liquidez. Os dois maiores índices de ações focados em mercados emergentes, que são objeto de investimento de ETFs localizados em mercados centrais (negociados, principalmente, nas bolsas americanas) carregam, na composição geográfica do portfólio, a China como maior parcela (Ishares, 2023; Vanguard, 2023). Tais informações trazem à tona um ponto relevante: apesar dos avanços na esfera de influência econômico-financeira chinesa no mundo, os mercados classicamente chamados de centrais enxergam o mercado chinês como um ativo de alto risco, sendo alvo provável de movimentos de fuga de capitais em períodos turbulentos (David, Henriksen e Simonovska, 2014). Sendo assim, a estratégia de internacionalização do RMB, combinada ao aumento de IED da China em outros países e ao crescimento da relevância internacional no que diz respeito à ajuda financeira a outros países tem potencial de elevar a autonomia chinesa frente aos fluxos de capital externos.

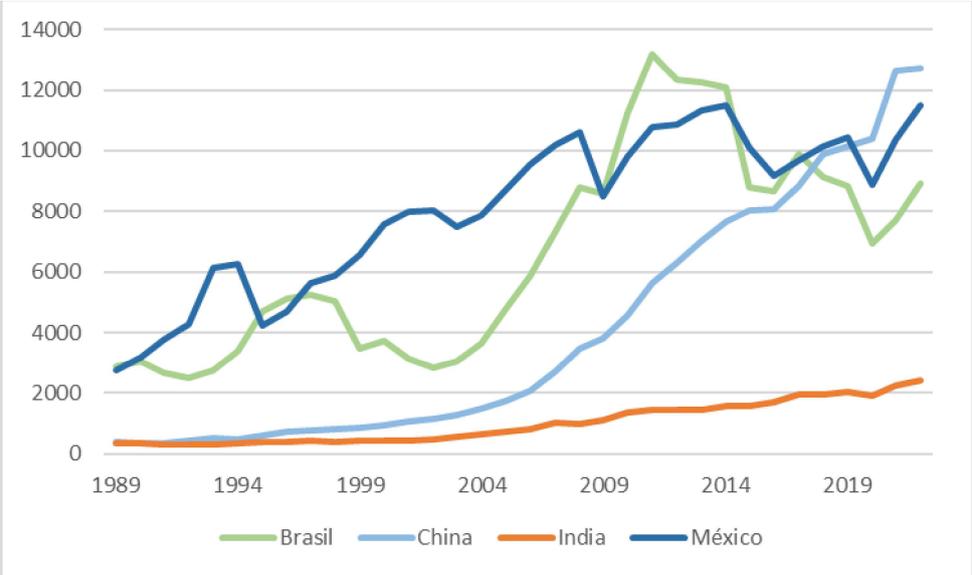
#### 4.3 DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA CHINA

Ao longo do capítulo 2, discutiu-se a importância de entender os resultados das políticas econômicas chinesas ao longo das últimas décadas, com foco nos seus desfechos socioeconômicos. Neste sentido, o comparativo das situações atuais de algumas variáveis é interessante, com o intuito de entender até onde a China alcançou seu desenvolvimento socioeconômico, comparando variáveis que exprimem, de alguma forma, o seu padrão de vida em relação a outros países.

No caso da renda per capita, entendendo-a como a simples divisão do produto total da economia pelo número de habitantes, o gráfico 15 evidencia que, ao final da década de 1990, a China possuía um dos menores volumes dentre alguns países considerados periféricos, tendo padrão comparável ao da Índia. Entretanto, após meados da década de 2000, o país observou um crescimento expressivo na sua renda per capita. Contudo, vale ressaltar que o índice alcançado pela China é muito parecido com a média mundial (World Bank, 2023m). Sendo assim, é possível assentar o país como uma nação de renda média. Ao observar o gráfico 16, é possível verificar uma

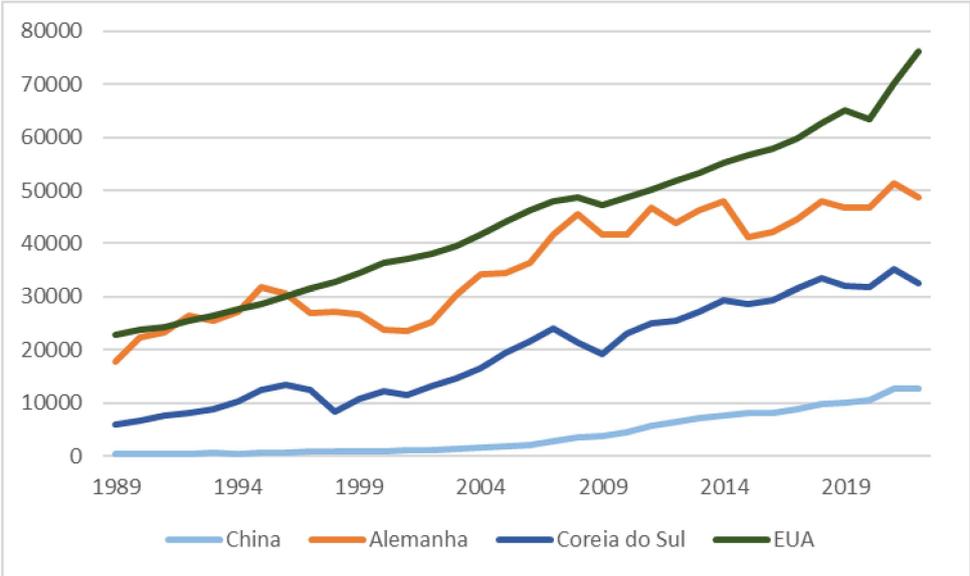
diferença relevante entre o nível de renda per capita da China em comparação com uma amostra de países centrais escolhida para o estudo, o que evidencia que o país ainda possui um longo caminho a trilhar sob o ponto de vista de renda.

**Gráfico 15 - Renda per capita (US\$ - amostra de países periféricos)**



Fonte: Elaboração própria a partir de World Bank (2023m)

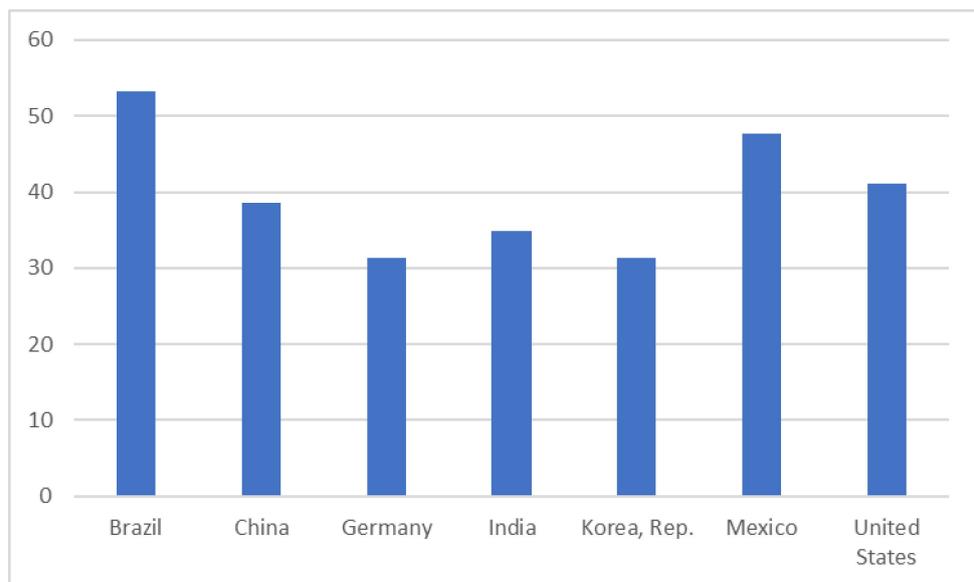
**Gráfico 16 - Renda per capita (US\$ - amostra de países centrais)**



Fonte: Elaboração própria a partir de World Bank (2023m)

Para avançar neste contexto, considera-se útil a análise do Índice de Gini. Esta variável mede até que ponto a distribuição de renda de um país se desvia da igualdade. Para isso, se utiliza de uma Curva de Lorentz para plotar quantidades cumulativas de renda com a quantidade de indivíduos desta economia, construindo uma curva que se destaca de uma curva hipotética que representa a plena igualdade de renda (World Bank, 2023n). O gráfico 17 (os dados do índice estão multiplicados por cem) compila dados de diversos países, periféricos e centrais, e coloca-os em perspectiva para com a realidade da China. Observa-se que Brasil e México, por exemplo, apresentam índices de desigualdade de renda substancialmente maiores que a China, enquanto a Índia possui um pouco menor. Porém, recuperando o gráfico 15, percebe-se que a Índia é um país consideravelmente mais pobre que a China. É possível observar que, em comparação a países ditos centrais, a China apresenta índice semelhante.

**Gráfico 17 - Índice de GINI (2016)**

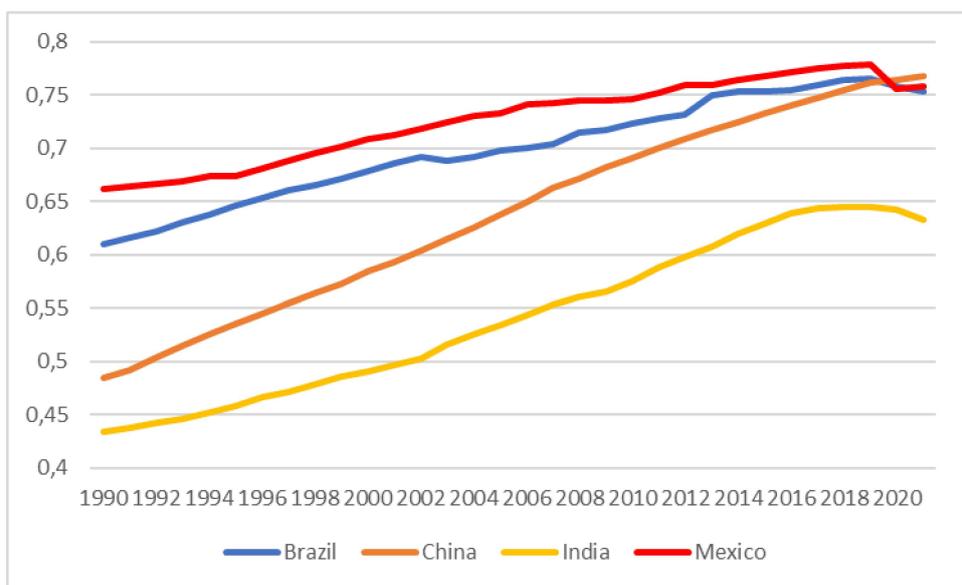


**Fonte:** elaboração própria a partir de World Bank (2023n)

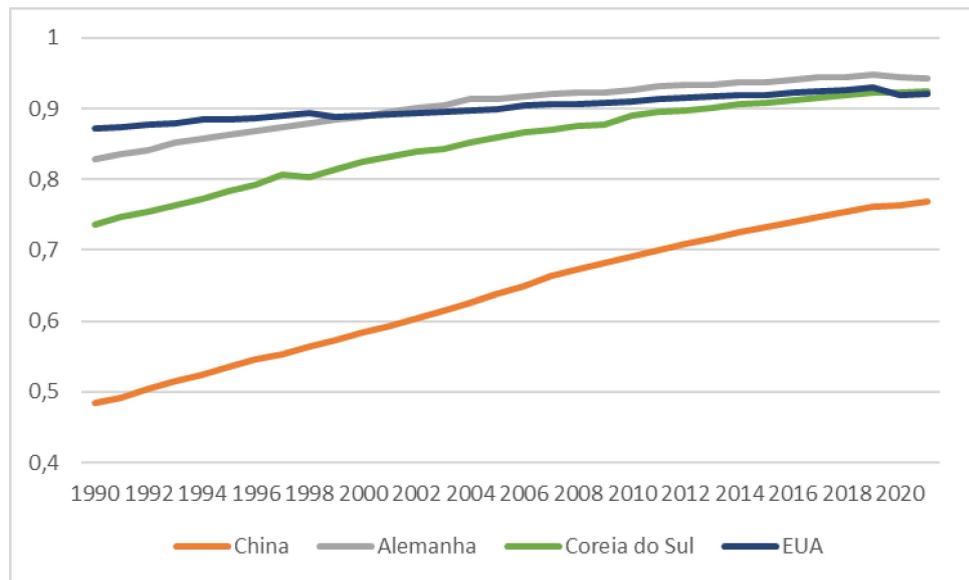
Por fim, o IDH atua como um indicador geral que leva em consideração aspectos relacionados à renda per capita (já abordados aqui), nível de educação e expectativa de vida da população (UNDP, 2023). Neste sentido, como no caso da renda per capita, a China obteve crescimento substancial deste indicador socioeconômico a partir dos anos 1990, ultrapassando seus pares periféricos em 2022, como é possível verificar no

gráfico 19 abaixo. O mesmo instrumento analítico permite uma breve análise a respeito da comparação do IDH entre a China e uma amostra de países periféricos, em que se nota um processo de *catching up* relevante, figurando como o mais alto na amostra. Em comparação aos países centrais, observa-se uma trajetória de crescimento mais acentuada (o que é esperado para um país de índices socioeconômicos passados baixos), mas ainda com uma distância relevante, de acordo com o gráfico 20 abaixo.

**Gráfico 18 - Evolução temporal do IDH (amostra de países periféricos)**



Fonte: elaboração própria a partir de UNDP (2023b)

**Gráfico 19** - Evolução temporal do IDH (amostra de países centrais)

**Fonte:** elaboração própria a partir de UNDP (2023b)

As informações expostas nesta seção trazem à tona o entendimento de que a China, no que diz respeito aos padrões socioeconômicos e de vida, alcançou e ultrapassou alguns de seus pares periféricos mais relevantes, entre eles o próprio Brasil. A China impôs uma elevação considerável da sua renda per capita, mantendo um padrão de igualdade social comparável a países desenvolvidos e aumentou seu IDH a ponto de igualar-se aos pares emergentes. Para uma nação que vivenciou desastres socioeconômicos como o GSA e a Revolução Cultural, é notável. Contudo, é necessário notar que, principalmente em relação à renda per capita e IDH, a China ainda se encontra longe dos padrões observados em países centrais.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo buscou abordar expor e discutir o comportamento histórico de algumas variáveis úteis para compreender a inserção da China no SMFI atual a partir do arcabouço teórico centro-periferia. Neste aspecto, pode-se discutir, a seguir, o que tais informações dizem a respeito de como se apresentam as dimensões analisadas a partir de suas características centrais, periféricas ou intermediárias.

Ao avaliar a dimensão produtiva, é possível relatar um processo de *catching up* tecnológico bastante evidente. A matriz de exportações da China é composta por produtos de elasticidade-renda alta, diferenciando-se do padrão periférico observado pela CEPAL, e suas importações são majoritariamente compostas por bens primários, com exceção dos circuitos integrados e semicondutores. Os dados expostos permitem a inferência de que o padrão produtivo chinês é bem diferente, tanto do padrão periférico apresentado tanto pela CEPAL, na formulação do modelo centro-periferia, quanto na comparação com uma amostra de países periféricos. Desta maneira, é possível notar que, dentre as possibilidades dentro do arcabouço teórico referido neste trabalho, a dimensão produtiva da China não pode mais ser classificada como periférica.

Os dados apresentados relativos ao ICE e investimentos em P&D demonstram que a China, tampouco, possui uma dimensão produtiva plenamente central. É claro que o padrão produtivo do país, atualmente, o permite reduzir suas possíveis fragilidades externas, mas não as elimina completamente. Desta maneira, chega-se à conclusão que a dimensão produtiva chinesa pode ser considerada como intermediária entre centro e periferia, ressaltando a evidente tendência de tornar-se central no futuro.

Sob o mesmo aspecto, a dimensão monetário-financeira da China apresenta características distintas daquelas apresentadas pelos países periféricos, de acordo com o arcabouço teórico utilizado. As finanças externas chinesas apresentam, no lado do passivo, uma concentração em modalidades estáveis de investimento estrangeiro (e estratégicas, do ponto de vista do ganho tecnológico) e, na ponta do ativo, um crescimento do investimento estratégico e direto em outros países, através da saliente iniciativa da BRI, além de ser estruturalmente uma credora líquida frente ao restante do mundo. Entretanto, tampouco pode-se afirmar que a China possui dimensão monetário-financeira completamente central, dado que, como evidenciado através dos portfólios dos ETFs, boa parte dos investidores internacionais ainda enxergam o país como um membro do grupo genérico dos emergentes, com maior característica especulativa frente ao mercado financeiro. Na mesma medida, o fator de conversibilidade da moeda chinesa vem crescendo ao longo dos últimos anos. Contudo, ainda apresenta participação tímida no comércio internacional, como meio de pagamentos e como uso

em reservas por outros países, principalmente quando observado o tamanho da economia chinesa. Desta maneira, a dimensão monetário-financeira da China apresenta característica semelhante para com sua dimensão produtiva, localizando-se em posição intermediária dentro do arcabouço teórico centro-periferia, porém, apresentando tendência de *catch up* com os países centrais no futuro.

No lado socioeconômico, a China passou por um processo de equalização das suas variáveis para com os outros países periféricos ao longo dos últimos anos, apresentando ainda relevante distância para os países centrais. Apesar dos níveis de desigualdade de renda serem positivos e inferiores aos países periféricos utilizados na amostra do estudo, o IDH e a renda per capita chinesas são bastante semelhantes àqueles observados nos países periféricos, situando a China na periferia.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou o papel que a China ocupa na dinâmica econômica internacional, a partir do arcabouço analítico centro-periferia desenvolvido pela CEPAL. Para além deste objetivo geral, buscou-se discutir três objetivos específicos, quais sejam, (i) apresentar e discutir a atualidade do arcabouço analítico centro-periferia; (ii) analisar as características centrais do desenvolvimento econômico da China desde a Revolução Socialista de 1949; e (iii) identificar e analisar as dimensões em que a China apresenta características de (a) centro, (b) periferia, (c) não é mais periferia, mas ainda não pode ser considerada centro.

O capítulo 2 trouxe à tona algumas características importantes a respeito do modelo centro-periferia original, principalmente os aspectos relacionados às dimensões produtivas e socioeconômicas dos países periféricos. Nesta linha, Prebisch (2011), na formulação original do modelo, reflete sobre a existência das duas faces econômicas, centro e periferia, e a respeito da dependência que a segunda tem com a primeira. Diferentemente do conceito do subdesenvolvimento, Rodríguez (2009) salienta que, no modelo original, a periferia não é um estágio que precede a característica central, como na noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento, mas uma condição inata aos países periféricos, resultado da DIT surgida após a Primeira Revolução Industrial. Complementarmente, a literatura analisada demonstra que autores, como Oliveira (2020) e Prates (2005), visaram atualizar o modelo à luz das mudanças observadas nos padrões econômicos vigentes no século XX. O fim do Acordo de Bretton Woods e a intensificação dos fluxos de capitais revelou novas questões relacionadas à condição periférica dos países originalmente assim classificados, como a sensibilidade que tais economias possuem frente a choques externos que levem à fuga ou entrada em massa de capitais, bem como as novas estruturas produtivas pautadas em centro que concentra as atividades mais lucrativas e estratégicas para as firmas, como as etapas pré-produção e pós-produção.

As políticas econômicas implementadas pelos governos chineses que vigoraram ao longo do período de análise deste trabalho, conforme analisado no capítulo 3, mudaram completamente as características da economia da China. Antes da Revolução

de 1949, a China era caracterizada por uma economia agrária e isolada, com pouca articulação entre seus setores produtivos e sem um planejamento central. Apesar dos desastres sociais protagonizados pelo GSA e pela Revolução Cultural, o governo Mao foi responsável por construir uma base de infraestrutura econômica importante para os desdobramentos ocorridos após o início do período da Reforma e Abertura, em 1978. Fortes investimentos em indústria de base, principalmente nas áreas de infraestrutura, abriram caminho para a posterior diversificação econômica chinesa, abrindo os investimentos, após 1978, para setores como a indústria leve e tecnológica, bem como na agricultura, resolvendo problemas de nutrição da grande população da China.

É perceptível que o investimento em capital fixo realizado pelo governo Mao está em linha com o pensamento desenvolvido pela CEPAL para superar as mazelas periféricas. Por muitos anos, o governo chinês direcionou boa parte do seu orçamento para esta estratégia, o que permitiu ao país manter certa independência e autonomia do seu planejamento econômico, enquanto outras economias periféricas o fizeram com forte apoio de capital estrangeiro. O fluxo externo para a China foi (e ainda é) controlado e direcionado para áreas consideradas estratégicas pelo governo, o que evitou o crescimento da vulnerabilidade externa do país. Concomitantemente, a China foi abrindo sua economia ao exterior, principalmente no aspecto comercial, o que permitiu ao país acumular reservas internacionais de grandes dimensões, dado que, no momento de sua abertura, já possuía alguma base industrial, o que evitou a concentração de suas exportações em produtos primários e de baixa elasticidade-renda.

Ao analisar os dados do capítulo 4, é possível perceber que a China avança em direção às características centrais em todas as dimensões, algumas mais e outras menos. A mais saliente é a dimensão produtiva, em que é possível notar um padrão produtivo com grande semelhança para com países centrais, com foco em produtos tecnológicos e importações baseadas em produtos primários. Entretanto, é preciso destacar uma fragilidade observável a partir da proeminente participação da importação de circuitos integrados e semicondutores, produtos essenciais para a elaboração dos bens tecnológicos produzidos e exportados pela China. Da mesma forma, a estratégia

de internacionalização do RMB pode ser entendida como uma tentativa da China de mudar os padrões de hierarquia monetária, com ampla dominância do dólar americano nas transações e reservas internacionais. Tais fatores motivam disputas geopolíticas da China para com Taiwan e os EUA relevantes para a economia mundial, que estão no centro do debate atual a respeito da hegemonia econômica e geopolítica dos EUA e a crescente disputa observada com a China. Entretanto, o estudo destas disputas se apresenta como uma limitação deste trabalho, tendo em vista o foco que a monografia tem nos aspectos produtivos, monetário-financeiros e socioeconômicos.

A análise da inserção da China sob o arcabouço teórico centro-periferia demonstra, em alguma medida, certa contradição do modelo original e a realidade observada. A formulação pioneira do arcabouço dava, à periferia, um papel de servidão ao desenvolvimento do centro. Desta forma, conforme Rodríguez (2009), a periferia não era um estágio do desenvolvimento econômico, mas uma condição de alguns países que eram submetidos ao SMFI da época. Entretanto, o desenvolvimento econômico chinês, conforme discutido no capítulo 4, apresenta diversas características intermediárias nos aspectos que definem centro e periferia atualmente, o que evidencia um país originalmente periférico estar empiricamente rumando ao centro da economia global, ainda que o ritmo deste andar não seja constante ou facilmente mensurável. Iniciativas como a BRI e a internacionalização do RMB demonstram gradualmente a criação de outro eixo econômico mundial, que possuirá sua dinâmica ao redor da China, ainda que esta discussão fuja do escopo do trabalho.

Por fim, é possível compreender que algumas políticas sugeridas por autores clássicos da escola cepalina, como o investimento em capital fixo e a redução do estrangulamento externo, mostraram-se efetivas no combate à condição periférica da China, o que dá indícios de algum nível de sucesso formulação das políticas econômicas da CEPAL, ainda que o foco da comissão fosse a América Latina e o Caribe. Entretanto, é preciso destacar a ressalva de que tais políticas foram efetivas sob um contexto econômico internacional específico, de maneira que a simples replicação deste modelo de desenvolvimento não é garantia de sucesso econômico.

## REFERÊNCIAS

- BELLUZZO, L. G. de M. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BEN-DAVID, I.; FRANZONI, F.; MOUSSAWI, R. **Exchange Traded Funds (ETFs)**. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series. Working Paper 22829, 2016. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w22829>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BORDO, M.; JAMES, H. **Capital Flows and Domestic and International Order: Trilemmas from Macroeconomics to Political Economy and International Relations**. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series. Working Paper 21017, 2015. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w21017>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. China’s Great Economic Transformation. *In*: BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. (comp.). **China’s Great Economic Transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 1-26.
- BRANDT, L.; RAWSK, T.; SUTTON, J. China’s Industrial Development. *In*: BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. (comp.). **China’s Great Economic Transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 569-632.
- BRANSTETTER, L.; LARDY, N. R. China’s Embrace of Globalization. *In*: BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. (comp.). **China’s Great Economic Transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 633-682.
- CHAN, M. H. T. **The Belt and Road Initiative – the New Silk Road: a research agenda**. Journal of Contemporary East Asia Studies, 7:2, p. 104-123, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24761028.2019.1580407>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- CHEN, Y.; ZHANG, M. **Structural Evolution of RMB Exchange Rate Reform: Historical Review, Experience and Prospect**. China Financial and Economic Review, v. 12(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1515/cfer-2023-0001>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- CINTRA, M. A. M.; FILHO, E. B. S. O Sistema Financeiro Chinês: A Grande Muralha. *In*: CINTRA, M. A. M.; FILHO, E. B. S.; PINTO, E. C. (org.). **China em Transformação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. p. 425-492.
- COHEN, B. **The future of sterling as an international currency**. Londres: Macmillan, 1971.

CONTI, B.; PRATES, D. M.; PLIHON, D. **O Sistema Monetário Internacional e seu Caráter Hierarquizado**. In: CINTRA, M. A.; MARTINS, A. R. A. *As Transformações do Dólar no Sistema Monetário Internacional*. Brasília: Ipea, 2013.

CONTI, B.; PERUFFO, L.; PRATES, D. M. **A ascensão chinesa e a problematização dos estudos sobre o desenvolvimento econômico**. In: 8º Encontro da ABRI. *Relações Internacionais e Ciência na Era das Pandemias: Olhares Transdisciplinares sobre Desafios Globais*. Evento Online, 2021. Disponível em: [https://www.encontro2021.abri.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=2892](https://www.encontro2021.abri.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=2892). Acesso em: 16 jul. 2023

CUNHA, A. M.; PERUFFO, L.; SILVA, P. P. da. **Capital Account Regulation and National Autonomy: The Political Economy of the New Welfare Economics**. *Contexto Internacional*, vol. 43(1), 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430100008>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CUNHA, S. F.; XAVIER, C. L. **Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI**. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3 (119), pp. 491-510, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300008>. Acesso em: 21 nov. 2023.

DANTAS, A.; JABBOUR, E. **The political economy of reforms and the present Chinese transition**. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 37, no 4 (149), pp. 789-807, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DATHEIN, R. **De Bretton Woods à Globalização Financeira: evolução, crise perspectivas do Sistema Monetário Internacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., Curitiba, 2002.

DAVID, J. M.; HENRIKSEN, E.; SIMONOVSKA, I. **The Risky Capital of Emerging Markets**. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series. Working Paper 20769, 2016. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w20769>. Acesso em: 16 dez. 2023.

DENG, K.; GUO, J.; SHEN, J. H. **Performance and Mechanisms of the Maoist Economy – A Holistic Approach, 1950-1980**. Londres: Economic History Working Papers (London School of Economics), No 345, 2022. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/Economic-History/Working-Papers/Working-Papers-2022>. Acesso em: 18 nov. 2023

DU, J.; ZHANG, Y. **Does One Belt One Road initiative promote Chinese overseas direct investment?** v. 47, 2018, p. 189-205. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2017.05.010>. Acesso em: 14 dez. 2023.

EICHENGREEN, B.; HAUSMANN, R. **Exchange Rates and Financial Fragility**. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series. Working Paper 7418, 1999. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w7418>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FILHO, E. T. T.; POSE, M. **A Internacionalização da Moeda Chinesa: Disputa Hegemônica ou Estratégia Defensiva?** Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22(1), p. 1-23, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272215>. Acesso em 16 nov. 2023.

GOURINCHAS, P.; REY, H.; SAUZET, M. **The International Monetary and Financial System**. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series. Working Paper 25782, 2019. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w25782>. Acesso em: 15 ago. 2023.

HAUSMANN, R., HIDALGO, C. et al. **The atlas of economic complexity: Mapping Paths to Prosperity**. Cambridge, MA: The MIT Press. 2014  
HE, Q.; LIU, J.; YU, J. **Dancing with dragon: The RMB and developing economies' currencies**. *Research in International Business and Finance*. v. 64, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2022.101835>. Acesso em: 3 dez. 2023.

HOOLEY, J. **Bringing Down the Great Wall? Global Implications of Capital Account Liberalisation in China**. Bank of England Quarterly Bulletin 2013 Q4, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2379351>. Acesso em: 4 dez. 2023.

HUANG, J.; OTSUKA, K.; ROZELLE, S. Agriculture in China's Development: Past Disappointments, Recent Successes, and Future Challenges. *In*: BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. (comp.). **China's Great Economic Transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 467-505.

IMF. IMF Adds Chinese Renminbi to Special Drawing Rights Basket. **IMF**, Washington, 30 set. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2016/09/29/AM16-NA093016IMF-Adds-Chinese-Renminbi-to-Special-Drawing-Rights-Basket>. Acesso em: 12 nov. 2023.

IMF. Illustrative Currency Amounts in New Special Drawing Right (SDR) Basket. **IMF**. Washington, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right/sdr-valuation-basket/Issues/2022/070122>. Acesso em: 15 dez. 2023.

IMF. Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP). **IMF Data**, Washington, 2023a. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=7a51304b-6426-40c0-83dd-ca473ca1fd52&sid=1390030341854>. Acesso em: 13 dez. 2023.

IMF. Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER). **IMF Data**, Washington, 2023b. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=e6a5f467-c14b-4aa8-9f6d-5a09ec4e62a4>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ISHARES. iShares MSCI Emerging Markets ETF. **Ishares, by BlackRock**, Nova Iorque, dez. 2023. Disponível em: <https://www.ishares.com/us/products/239637/ishares-msci-emerging-markets-etf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

JENKINS, R. **How China is Reshaping the Global Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

KALTENBRUNNER, A. 2018. **Financialised internationalisation and structural hierarchies: a mixed-method study of exchange rate determination in emerging economies**. Cambridge Journal of Economics, vol. 42, p. 1315–41, 2018.

KALTENBRUNNER, A.; PAINCEIRA, J. P. **Developing countries changing nature of financial integration and new forms of external vulnerability: the Brazilian experience**. Cambridge Journal of Economics, vol. 39, 1281–306, 2015.

KRUGMAN, P. **The Age of Diminished Expectations**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

LEE, H. **A Dilemma of Success: The Reform Path of State-Owned Enterprises in China**. Asian Perspective, Volume 46, No. 3, 2022, pp. 451-471. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/apr.2022.0018>. Acesso em 13 ago. 2023.

LERNER, A. P. **Saving Equals Investment**. The Quarterly Journal of Economics, Volume 52, Issue 2, February 1938, Pages 297–309, 1938. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1881736>. Acesso em: 2 jan. 2024.

MASIERO, G. **Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas**. Revista de Economia Política, vol. 26, n. 3 (103): 425-444, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000300006>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MEISNER, M. Marx, Mao, and Deng on the Division of Labor in History. *In*: DIRLIK, A.; MEISNER, M. (eds). **Marxism and the Chinese Experience: Issues in the Contemporary Chinese Socialism**. Nova Iorque: Taylor & Francis, 1989.

MILARÉ, L. F. L. **Chinese industrialization from the New-Developmental perspective**. Brazilian Journal of Political Economy, vol. 40, nº 1, pp. 53-67, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3050>. Acesso em: 17 nov. 2023

MILLER, W. L. **The Equality and Inequality of Saving and Investment**. Southern Economic Journal, Vol. 18, No. 3, 1952, p. 312-321. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1054447>. Acesso em: 2 jan. 2024.

MONDINO, T.; NIER, E.; SEDIK, T. S. **Gross Private Capital Flows to Emerging Markets: Can the Global Financial Cycle be Tamed?** Washington, DC: IMF Working Paper No. 14/196, 2014. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/001/2014/196/001.2014.issue-196-en.xml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MORAIS, I. N. Políticas de Fomento à Ascensão da China nas Cadeias de Valor Globais. In: CINTRA, M. A. M.; FILHO, E. B. S.; PINTO, E. C. (org.). **China em Transformação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. p. 45-80.

MUNDELL, Robert A. **Capital mobility and stabilization policy under fixed and flexible exchange rates**. Canadian Journal of Economics and Political Science, v. 29, n. 4, p. 475–485, 1963.

MURPHY, A.; TUCKER, H. The Global 2000. **Forbes**, Nova Iorque, 8 jun. 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=5cb432cc5ac0>. Acesso em: 22 nov. 2023.

NASSIF, A. **O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje**. In: Encontro Nacional de Economia da Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Rio de Janeiro, 2021.

NAUGHTON, B. **Growing out of the plan: Chinese economic reform, 1978-1993**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NOIJE, P. V.; **Vulnerabilidade externa e composição da posição internacional de investimentos: Brasil 2001-2010**. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 3 (136), pp. 471-484, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572014000300007>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OBSTFELD, M.; TAYLOR, A. **Globalization and capital markets**. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series. Working Paper 8846, 2002. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w8846>. Acesso em: 14 ago. 2023.

OECD. **About the Site**. Cambridge, 2023a. Disponível em: <https://oec.world/en/resources/about>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OECD. **China**. Cambridge, 2023b. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn#yearly-trade>. Acesso em: 12 dez. 2023.

OECD. **Country Rankings**. Cambridge, 2023c. Disponível em: <https://oec.world/en/rankings/eci/hs6/hs96?tab=ranking>. Acesso em: 14 dez. 2023.

OCAMPO, J.A. 2001. **Raúl Prebisch and the development agenda at the dawn of the twenty-first century**. Santiago, Chile: CEPAL Review 75(1): 25-40. 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/466d9c9d-128a-482d-a2a1-cf2fa4d9cc9e>. Acesso em: 17 jul. 2023.

OLIVEIRA, E. A. **A Dupla Captura: Uma análise da atual relação centro-periferia com base nos conceitos da nova divisão internacional do trabalho e divisão internacional das finanças**. Tese de Doutorado, IE/ UNICAMP, Brasil, 2020.

PERES, S.C. **Integração financeira, vulnerabilidade externa e crescimento econômico: evidências para economias emergentes e em desenvolvimento pós-1990**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PINTO, A. **Naturaleza e Implicaciones de la “Heterogeneidad estructural” de la America Latina**. Santiago, Chile: El Trimestre Económico, vol. 37, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20856116>. Acesso em: 15 out. 2023.

POPOV, V. **Mixed Fortunes: An Economic History of China, Russia and the West**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PORCILE, G. **Latin American Structuralism and Neo-structuralism**. In: ALCORTA, L.; FOSTER-MCGREGOR, N.; SZIRMAI, A. *New Perspectives on Structural Change: Causes and Consequences of Structural Change in the Global Economy*, 2021.

PRASAD, E.; ROGOFF, K.; WEI, S.; KOSE, M.A. **Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence**. Washington, DC: IMF, 2003.

PRATES, M. D. **As Assimetrias do Sistema Financeiro e Monetário Internacional**. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, 9(2): 263-288. 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1212208>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PREBISCH, R. **Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico**. In: PREBISCH, R. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, [1950] 2011. p. 153-245.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia, ano 3, n. 3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RISKIN, C. **China’s Political Economy: The Quest for Development since 1949**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

SELDEN, M. Mao Zedong and The Political Economy of Chinese Development. *In*: DIRLIK, A.; MEISNER, M. (eds). **Marxism and the Chinese Experience: Issues in the Contemporary Chinese Socialism**. Nova Iorque: Taylor & Francis, 1989.

STATISTA. Most used currency in the world for international payments in SWIFT from January 2019 to October 2023, based on share in total transaction value. **Statista**, Nova Iorque, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1189498/share-of-global-payments-by-currency/#:~:text=The%20euro%20and%20U.S.%20dollar,2023%2C%20outperforming%20many%20other%20currencies>. Acesso em: 16 dez. 2023.

TIGRE, P. B. **Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 187–223, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648911>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RAJVANSHI, A. How China Became a Global Lender of Last Resort. **Time**, Nova Iorque, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://time.com/6266658/china-emerges-major-global-lender/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

TSUI, S. et al. **One Belt, One Road: China's Strategy for a New Global Financial Order**. Monthly Review, v. 68(8), 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.14452/MR-068-08-2017-01\\_4](https://doi.org/10.14452/MR-068-08-2017-01_4). Acesso em: 2 dez. 2023.

UNCTAD. **Foreign direct investment**. United Nations Conference on Trade and Development, Genebra, 2023. Disponível em: <https://hbs.unctad.org/foreign-direct-investment/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

UNDP. Human Development Index (HDI). **Human Development Reports** (United Nations Development Programme). Washington, 2023a. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: 18 dez. 2023.

UNDP. Explore HDI. **Human Development Reports** (United Nations Development Programme). Washington, 2023b. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: 19 dez. 2023.

VALENTI, L. P. **Espaço Fiscal como Representação do Poder**: uma análise da capacidade de resposta das economias sistemicamente menos relevantes durante a Crise Financeira Global e a Pandemia de COVID-19. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

VANGUARD. Vanguard FTSE Emerging Markets ETF. **Vanguard**, Nova Iorque, dez. 2023. Disponível em: <https://investor.vanguard.com/investment-products/etfs/profile/vwo>. Acesso em: 16 dez. 2023.

WANG, J. **Going Beyond Township and Village Enterprises in Rural China**. Journal of Contemporary China, 14:42, 177-187, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1067056042000304156>. Acesso em: 20 nov. 2023.

WONG, T. Belt and Road Initiative: Is China's trillion-dollar gamble worth it? **BBC**, Londres, 17 Oct. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-67120726>. Acesso em: 15 dez. 2023.

WORLD BANK. GDP growth (annual %) – China. **World Bank Data**, Washington, 2023a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN>. Acesso em: 11 nov. 2023.

WORLD BANK. Industry (including construction), value added (annual % growth) - China. **World Bank Data**, Washington, 2023b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.KD.ZG?end=1995&locations=CN&start=1980>. Acesso em: 11 nov. 2023.

WORLD BANK. Exports of goods and services (% of GDP) - China. **World Bank Data**, Washington, 2023c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?locations=CN>. Acesso em: 20 nov. 2023

WORLD BANK. Total reserves (includes gold, current US\$) - China. **World Bank Data**, Washington, 2023d. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FI.RES.TOTL.CD?locations=CN>. Acesso em: 20 nov. 2023

WORLD BANK. GDP per capita, PPP (current international \$) - China. **World Bank Data**, Washington, 2023e. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?end=2010&locations=CN&start=2000>. Acesso em: 21 nov. 2023.

WORLD BANK. Services, value added (% of GDP) - China. **World Bank Data**, Washington, 2023f. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NV.SRV.TOTL.ZS?locations=CN>. Acesso em: 21 nov. 2023.

WORLD BANK. GDP, PPP (current international \$) - China, United States. **World Bank Data**, Washington, 2023g. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?locations=CN-US&most\\_recent\\_value\\_desc=true](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?locations=CN-US&most_recent_value_desc=true). Acesso em: 4 dez. 2023

WORLD BANK. Medium and high-tech exports (% manufactured exports) - China. **World Bank Data**, Washington, 2023h. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/TX.MNF.TECH.ZS.UN?locations=CN&most\\_recent\\_value\\_desc=true](https://data.worldbank.org/indicator/TX.MNF.TECH.ZS.UN?locations=CN&most_recent_value_desc=true). Acesso em: 4 dez. 2023.

WORLD BANK. Medium and high-tech exports (% manufactured exports) – China, Brazil, India, Germany, Korea, Rep., United States. **World Bank Data**, Washington, 2023i. Disponível em:

[https://data.worldbank.org/indicator/TX.MNF.TECH.ZS.UN?locations=CN-BR-IN-DE-KR-US&most\\_recent\\_value\\_desc=true](https://data.worldbank.org/indicator/TX.MNF.TECH.ZS.UN?locations=CN-BR-IN-DE-KR-US&most_recent_value_desc=true). Acesso em: 12 dez. 2023.

WORLD BANK. Research and development expenditure (% of GDP) - China, Brazil, United States, India, Germany, Korea, Rep. **World Bank Data**. Washington, 2023j. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS?locations=CN-BR-US-IN-DE-KR>. Acesso em: 12 dez. 2023.

WORLD BANK. Gross capital formation (% of GDP) - China, Brazil, India. **World Bank Data**. Washington, 2023k. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.TOTL.ZS?locations=CN-BR-IN>. Acesso em: 12 dez. 2023.

WORLD BANK. External balance on goods and services (current US\$) - China. **World Bank Data**. Washington, 2023l. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NE.RSB.GNFS.CD?locations=CN>. Acesso em: 12 dez. 2023.

WORLD BANK. GDP per capita (current US\$) - China, World, United States, Mexico, Germany, Korea, Rep., India. **World Bank Data**. Washington, 2023m. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN-1W-US-MX-DE-KR-IN>. Acesso em: 16 dez. 2023.

WORLD BANK. Gini index - China, United States, India, Brazil, Korea, Rep., Mexico, Germany. **World Bank Data**. Washington, 2023n. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=CN-US-IN-BR-KR-MX-DE>. Acesso em: 17 dez. 2023